UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

GISLAINE BERETTA

PATRIMÔNIOS RESIDENCIAIS AO LONGO DAS MARGENS DO RIO URUSSANGA: REVELANDO HISTÓRIAS E MEMÓRIAS PLURAIS

CRICIÚMA
2023

GISLAINE BERETTA

PATRIMÔNIOS RESIDENCIAIS AO LONGO DAS MARGENS DO RIO URUSSANGA: REVELANDO HISTÓRIAS E MEMÓRIAS PLURAIS

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em ciências ambientais da universidade do extremo sul catarinense - UNESC, como requisito para a obtenção do título de mestra em ciências ambientais.

Orientador: Prof. Dr. Juliano Bitencourt Campos
Coorientadora: Profa. Dra. Lucy Cristina Ostetto

CRICIÚMA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

B492p Beretta, Gislaine.
Patrimônios residenciais ao longo das margens do Rio Urussanga : revelando histórias e memórias plurais / Gislaine Beretta. - 2023.
105 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Criciúma, 2023.
Orientação: Juliano Bitencourt Campos.
Coorientação: Lucy Cristina Ostetto.

1. Cultura material – Urussanga, Rio (SC). 2. Patrimônio histórico – Urussanga, Rio (SC). 3. Urussanga, Rio (SC) - Residências e lugares habituais. 4. Urussanga (SC) - Colonização. I. Título.

CDD 23. ed. 930.1098164

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla – CRB 14/1101
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

PARECER

Os membros da Comissão Examinadora homologada pelo Colegiado de Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais reuniram-se para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado apresentada pela candidata **GISLAINE BERETTA,** sob o título: **"Patrimônios residenciais ao longo das margens do Rio Urussanga, revelando Histórias e Memórias plurais",** para obtenção do grau de **MESTRE EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS** no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Após haver analisado o referido trabalho e arguido a candidata, os membros são de parecer pela **"APROVAÇÃO"** da Dissertação.

Criciúma/SC, 17 de março de 2023.

Prof. Dr. Andre Luis Ramos Soares
Segundo Examinador

Prof. Dr. Geraldo Milioli
Primeiro Examinador

Prof. Dr. Juliano Bitencourt Campos
Presidente da Comissão e Orientador

Dedico esta pesquisa aos meus pais, que, com o seu amor, me ensinaram a amar a vida e a lutar por tudo que acredito.

AGRADECIMENTOS

Toda caminhada é composta por momentos agradáveis e outros tantos desafiadores, que se tornam mais difíceis, para não dizer impossíveis, quando decidimos segui-los sozinhos. Porém, quando entendemos o quão enriquecedor é estar aberto a novos olhares, tornamos nossa jornada mais leve e prazerosa. Reconhecer aqueles que estiveram conosco é algo muito gratificante, ou até mesmo engrandecedor. O mestrado em Ciências Ambientais foi um grande desafio em minha vida, uma vez que me fez vislumbrar o mundo através de outras óticas, desapegando de certezas e convicções, e através da dissertação pude consolidar tudo aquilo que aprendi. Por mais individual que tenha sido esta escrita, ela foi pensada e costurada por várias mãos, memórias, olhares e desejos. E me cabe alguns agradecimentos especiais para todas essas contribuições.

Agradeço a minha família, minha mãe, meu pai (*in memoriam*), meus irmãos e minhas sobrinhas, que foram e continuam sendo a minha base, minha estrutura, meu abrigo nas turbulências. Amo todos vocês. Sobre minha irmã, Tatiane, compartilho as experiências, descobertas e angústias causadas pelo mestrado. O que vivemos estes últimos dois anos não foi fácil, só nós sabemos, e sou grata por compartilhar tudo isso com você. Outra pessoa que compartilho tudo, e que talvez tenha sido a mais afetada pelas minhas inseguranças e que mesmo assim continuou confiante e me fortalecendo de todas as maneiras possíveis, foi você, Janio, meu querido companheiro, meu amor e meu melhor amigo. Me emociono pensando no que você representa para mim. Saiba que tudo isso só foi possível porque incansavelmente você esteve ao meu lado. Todo meu amor e gratidão.

Agradeço aos meus queridos mestres que, além de me proporcionarem conhecimento, acalentaram meu coração em momentos que o mundo parecia estar de “pernas para o ar”. Aos meus queridos orientadores, toda minha gratidão e respeito. Muito obrigada Juliano e Lucy por toparem minhas loucuras, por me oferecerem norte e suporte necessário para que esta pesquisa saísse da ideia e fosse colocada no papel. Tenho muita sorte das escolhas que fiz, e tenham certeza de que compartilhar esta jornada com vocês tornou ela mais leve e prazerosa. Agradeço também ao professor Geraldo Milioli, cujas considerações na qualificação contribuíram para novos conhecimentos e leituras. À minha banca examinadora, professores André Luís Ramos Soares e Geraldo Milioli, que aceitaram compartilhar com a minha pesquisa todos seus conhecimentos, minha gratidão.

Agradeço ao meu laboratório LAPIS (Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz) e aos colegas que pude conhecer, os que encontrei apenas através da tela do

computador e os outros que tive o prazer de conviver. Tenham certeza de que vocês foram essenciais para fortalecer não somente a mim, mas também a minha pesquisa. Agradeço também os colegas Edson e Ana Paula, que dividiram comigo as inseguranças de voltar à academia depois de alguns anos fora desse ambiente – nossas trocas me deixaram mais tranquila e segura. À equipe do LabPGT, em especial ao José Gustavo, que me recebeu e prontamente auxiliou, elaborando a cartografia desta pesquisa de forma exemplar. Gratidão!

Ainda, às pessoas que de forma direta ou indireta contribuíram para que o meu campo fosse possível, me recebendo com paciência e compartilhando suas memórias. Dona Rita, Zulamar, seu Celso e Gilson Casagrande, espero que suas casas tenham ganhado o reconhecimento e visibilidade merecida, meu carinho e gratidão. Neste campo também não posso deixar de agradecer meus sogros, Célia e Odilon, que junto a mim tentaram desvendar alguns "quebra-cabeças" da história de Urussanga.

Por fim, agradeço ao Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Comunitárias de Educação Superior (PROSUC/CAPES) pelo financiamento via taxa, que viabilizou este curso de mestrado.

Em tempos em que a educação foi desacreditada e sucateada, poder concluir um curso de pós-graduação com amparo financeiro necessário faz com que tenhamos esperança no futuro. A ciência vive. Gratidão e carinho a todos e todas que de alguma forma contribuíram para formação de quem sou hoje.

Sonho que se sonha só, é só um sonho, mas sonho que se sonha junto é realidade". Raul Seixas

"

RESUMO

Homens, mulheres e crianças procuraram ao longo de sua história locais onde pudessem se abrigar e se sentir seguros, e essas ocupações estiveram sempre associadas a cursos d'água. Rios, lagos e lagoas foram procurados, ocupados e disputados desde os períodos mais distantes do tempo presente. O Rio Urussanga, situado dentro do perímetro da cidade de Urussanga (SC), é objeto desta pesquisa, e foi local de inúmeras interações e atravessamentos, deixando marcas profundas nas pessoas e em seu meio. Esse rio que banhou povos originários foi o mesmo que abasteceu colonos italianos recém-chegados à região, e é sobre a cultura material deixada por esse povo que se remete este trabalho. A pesquisa objetiva a identificação de patrimônios residenciais às margens do Rio Urussanga, a fim de compreendê-los como lugares de memória que potencializam ações de preservação e salvaguarda. A metodologia se deu por diálogo com historiadores e memorialistas da história local e teóricos da memória e patrimônio, bem como consultas a legislações municipais, estaduais e nacionais. O procedimento metodológico contou com saídas de campo em níveis de identificação e inventário dos patrimônios residenciais identificados às margens do Rio Urussanga. O estudo demonstrou a presença de trinta e quatro bens patrimoniais, entre eles casas e casarões coloniais, apontando para uma colonização ampla ao longo das margens desse rio. Patrimônios carregados de história, que correm risco iminente de existirem apenas na memória dos seus. O reconhecimento e a cartografia que permitiu identificá-los se tornou um subsídio para possíveis projetos de proteção e salvaguarda.

Palavras-chave: Patrimônio, colonização, cultura material, proteção, salvaguarda, rio.

ABSTRACT

Men, women and children have sought throughout history for places where they could take shelter and feel safe. These occupations were always associated with watercourses. Rivers, lakes and ponds have been sought after, occupied and disputed since the most distant periods of the present time. The Urussanga River (SC) within the perimeter of the city of Urussanga – SC, is the object of this research, and was the site of numerous interactions and crossings, which left deep marks on people and their environment. This river, which bathed original peoples, was the same one that supplied Italian settlers who had recently arrived in the region. And this work is about the material culture left by these people. This research aims to identify residential properties on the banks of the Urussanga River, in order to understand them as places of memory that enhance preservation and safeguard actions. The methodology was carried out through dialogue with historians and memoirists of local history, theorists of memory and heritage, as well as consultation with municipal, state and national legislation. The methodological procedure included field trips at levels of identification and inventory of residential assets identified on the banks of the Urussanga River. The study demonstrated the presence of thirty-four heritage assets, including colonial houses and mansions that point to a wide colonization along the banks of this river. Heritage laden with history that run the risk of existing only in the memory of their people every day. The recognition and cartography that allows identifying them becomes a subsidy for possible protection and safeguard projects

Keywords: Heritage, colonization, material culture, protection, safeguard, river.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FCC - Fundação Catarinense de Cultura

GPS – Sistema de Posicionamento Global

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PPCM – Política de Patrimônio Cultural Material

SIRHIESC – Sistema de Informações Sobre Recursos Hídricos do Estado de Santa Catarina

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Casarão Família Beretta 24
Figura 2 - Encontro dos Rios Maior e Rio Carvão 52
Figura 3 - Mapa da Bacia do Rio Urussanga 52
Figura 4 - Delimitação da área de pesquisa – Rio Urussanga 54
Figura 5 - Residência em madeira – Bairro de Villa 58
Figura 6 - Interior da residência em madeira 58
Figura 7 - Residência em madeira – Av. Longarone 58
Figura 8 - Residência em Pedra – Bairro de Villa 59
Figura 9 - Residência em tijolos revestidos – Bairro São Pedro 60
Figura 10 - Construção em tijolos revestidos – Bairro São Pedro 60
Figura 11 - Localização de Patrimônios protegidos Urussanga 62
Figura 12 - Bens tombados na região central (praça) de Urussanga -SC 64
Figura 13 - Centro de Urussanga na década de 1940 65
Figura 14 - Urussanga em 2023 65
Figura 15 - Localização dos patrimônios tombados em Urussanga e área de pesquisa. 69
Figura 16 - Bens patrimônios residências mapeados ao longo do Rio Urussanga 71
Figura 17 - Residência em tijolos revestidos – Pedras Grandes -SC 72
Figura 18 - Residência em tijolos revestidos – Pedras Grandes -SC 72
Figura 19 - Residência em tijolos revestidos – Pedras Grandes - SC 73
Figura 20 - Residência em madeira Nona Fiorença – Bairro De Villa 79
Figura 21 - Sequência de fotos da Residência Nona Fiorença – Bairro de Villa 79
Figura 22 -residência Pedro Maragno – Bairro São Pedro 81
Figura 23 - Vista Lateral residência Pedro Maragno 81
Figura 24 - Janela residência Pedro Maragno/Placa de Encontro Família Maragno 82
Figura 25 - Vista Frontal Residência Luíz Possamai 84
Figura 26 - Porta e Janela da Residência Luíz Possamai 85
Figura 27 - Residência 02 – Luíz Possamai – Vista frontal e lateral 85
Figura 28 - Vista frontal residência De VillaS 87
Figura 29 - Vista Lateral residência De Villa 87
Figura 30 - Detalhe em pedra – Residência De Villa 88
Figura 31 - Detalhe inscrição de data – Residência De Villa 88

Sumário

1 INTRODUÇÃO 15
1.1 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICO 26
1.1.1 Objetivo Geral 26
1.1.2 Objetivos Específicos 26
1.2 Metodologias da pesquisa 27
2 Historiografia e conceitos norteadores 32
2.1 Historiografia 32
2.2 Espaço 35
2.3 Memória 36
2.4 Patrimônio 41
3 Nas Margens da História 49
3.1 O Rio Urussanga 50
3.2 Rio Urussanga e seus muitos atravessamentos 53
3.3 Bens Residências as margens do Rio Urussanga 56
3.4 Urussanga – colonização e Patrimônio 61
4 OLHARES SOBRE UM PATRIMÔNIO (NÃO) HEGEMÔNICO 67
4.1 Cartografando Patrimônios e Memórias 70
4.1.1 Casa da Nona Fiorença 78
4.1.2 Casa Pedro Maragno 80
4.1.3 Conjunto de casas Luíz Possamai 82
4.1.4 Casa de Pedra do De Villa 86
5 Considerações finais 90
6 REFERÊNCIAS 92
7 ANEXOS 98

1 INTRODUÇÃO

Quem disse que eu me mudei?
Não importa que a tenham demolido:
A gente continua morando na velha casa em que nasceu.

Mário Quintana

Esta pesquisa trata de identificar patrimônios residenciais nas margens do Rio Urussanga no perímetro da cidade de Urussanga, compreendendo-os como lugares de memória individual e coletiva. Para que isso seja possível, é necessário compreender a casa e o rio como bens afetivos, patrimônios em potencial e subterfúgios de segurança e de subsistência, sendo que essa relação íntima e complementar que ambos desempenham na vida humana é de essencial importância à sua existência. Assim, compreender o rio e a casa como espaços de referência, acolhimento e parte do patrimônio da cidade possibilitam que novas óticas, enredos e histórias outras possam ser reveladas.

Desde os tempos mais remotos, homens, mulheres e crianças buscaram se manter a salvo em abrigos dos perigos que os cercavam. Segundo o dicionário Michaelis (2015), o termo "abrigo" remete a algo que oferece proteção ou refúgio contra exposição, dano físico, ataque e perigo. Sentir-se protegido era mais do que um desejo, consistia em uma necessidade, e o abrigo, cedido de forma voluntária e temporária pela natureza, necessitava converter-se em algo permanente.

Observando a organização do próprio meio ambiente, ou seja, como os animais se abrigavam e como alguns deles confeccionavam seus refúgios, os seres humanos aprimoraram técnicas, fortaleceram suas relações interpessoais como grupo e desenvolveram suas habilidades de construtores. Talvez essa prática tenha se dado de maneira despretensiosa a princípio, copiando as formas eram vistas e utilizando dos recursos disponíveis, e conforme sua sedentarizarão se consolidava, refinaram seus métodos e estratégias, tornando seus abrigos mais confortáveis e elaborados, variando conforme as regiões que se estabeleciam e as culturas que aos poucos se afloravam. De acordo com Vitruvio (XXXX *apud* OLIVEIRA; SEIXAS; FARIAS, 2013, p.146 - 147):

> [...] tendo para isso certas disposições particulares que a natureza nunca atribuiu aos outros animais, como caminhar direitos e levantados, serem capazes de conhecer aquilo que é belo e magnífico no universo, e de poderem fazer com a ajuda das suas

> mãos e dos seus dedos todas as coisas com grande facilidade. Começaram então uns a fazer cabanas com folhas, outros a escavar alijamentos na montanha, outros imitando o engenho das andorinhas fazendo com pequenos troncos de árvores e terra gorda locais onde se pudessem proteger.

Proteção provavelmente foi a função primeira do abrigo, mas será que serve apenas para isso? Mesmo em períodos distantes do presente, grupos humanos distintos já deixavam seus registros por onde passavam. Abrigos, grutas e cavernas recebiam ornamentos rupestres, que ao olhar contemporâneo podem ser interpretados, entre outras definições, como arte ou magia, podendo ser o registro alguma manifestação sagrada. Mesmo que os motivos de sua confecção não nos sejam ainda bem conhecidos, continuamos dando nossos juízos de valor e criando analogias a respeito destes símbolos, que em um passado remoto já concediam sentido e identidade a um grupo de indivíduos.

Nessa perspectiva, torna-se evidente a ideia de que a habitação passou de um lugar material, com simples propósito de abrigo, para um bem simbólico de ligação e coletividade de indivíduos, visto que, mesmo quando apenas abrigo, o local escolhido já compartilhava com os seus iguais diversas nuances e significados. Assim, de fato, este lugar ganha atmosfera material e privada com o passar do tempo, onde a intimidade pode ser guardada e as relações podem ser consolidadas da forma mais singular que lhes fosse desejada. Segundo Bachelard (1958), habitamos nosso espaço vital de acordo com as dialéticas da vida, enraizando o nosso canto do mundo no dia a dia.

O abrigo físico, aos poucos, se torna algo simbólico, ou talvez sempre tenha sido. E são os símbolos, conforme menciona Bourdieu (1989), que integram e dão sentido ao mundo social, funcionando como instrumentos de conhecimento e de comunicação. Neste caso, o símbolo incorpora um desejo de preservação, de partilha, uma garantia de continuidade. Segundo Bachelard (1958, p. 201):

> A casa, na vida do homem, afasta contingências, multiplica seus conselhos de continuidade. Sem ela, o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. Ela é corpo e alma. É o primeiro mundo do ser humano. Antes de ser "atirado ao mundo", como o professam os metafísicos apressados, o homem é colocado no berço da casa.

A casa dá sentido de continuidade, visto que se torna um bem familiar, um elo de ligação entre indivíduos, muitas vezes mais duradoura que os próprios. O abrigo ou a casa, independentemente de como queiramos chamar, preenche um universo imaterial no imaginário e na memória de cada um, e ocupa, também, e talvez aqui se torne mais explícito, um espaço

material, visto que se encontra fixado em um lugar específico, um ponto referencial, em meio a trajetos diários e diversos outros atravessamentos.

O entorno material guarda e realça marcas do tempo e dos sujeitos que por ali passaram. Mas nenhum lugar é escolhido ao acaso, ou seja, independente das intenções ou sujeições, a casa ocupa um espaço premeditadamente definido pelos indivíduos. Nem sempre o local é o ideal, porém este espaço escolhido, ao ser dotado de valor, se torna o lugar do sujeito no mundo, e ali são satisfeitas suas necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação, assim como conceituado pelo geógrafo Yi-Fu Tuan (1953). Então, o espaço se converte em lugar à medida que o ser humano se apropria e aplica seus símbolos e significados: "A ponte não se situa num lugar. É da própria ponte que surge um lugar". (HEIDEGGER, 2001**,** p. 133).

A caraterização do termo "lugar" pode ser bastante ampla, entendida pelo dicionário Michaelis (2015) como espaço ocupado por um corpo, onde se realizam determinadas atividades, ou local próprio para ser ocupado por ser animado. O "lugar", neste caso, se faz pela interação dos seres que o habitam, que nem sempre é amistosa – na verdade, muitas vezes é uma relação de sobreposição de poder, hostilidade e força, como imposições do homem sobre a natureza, o homem sobre os seus e o capital sobre tudo e todos. O resultado desta relação se manifesta na própria expressão do espaço que é produto desta disputa. Sobre isso, Santos complementa (1979, p. 10):

> O espaço reproduz a totalidade através das transformações determinadas pela sociedade, modos de produção, distribuição da população, entre outras necessidades, desempenham funções evolutivas na formação econômica e social, influência na sua construção e também é influenciado nas demais estruturas de modo que torna um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos.

Nem todos os lugares são aptos a proporcionarem trocas e construções ou possibilitam costuras e enlaces, afinal muitos não identificam memórias ou criam identidades, inclusive podendo ser de caráter temporário. Mas a casa é diferente: ela é material e palpável, e, mesmo não existindo mais, ela continua proporcionando memórias vívidas, profundas, de sentimentos e sensações diversas. Sobre esta relação, Felippe complementa (2010, p. 300):

> Assim, concebido como extensão do corpo, o espaço arquitetônico carrega, tal qual o próprio corpo, a imagem da totalidade, através da condição natural de microcosmo particular e, por que não dizer, modelo reduzido de nosso Universo.

Habitar não significa apenas morar, pois é intrínseca a relação do sujeito com o lugar e seus elementos, o que torna este vínculo familiar, algo imaculado. De acordo com Felippe (2010), habitar surge como uma condição essencial da existência humana, anterior, portanto, a

toda arquitetura: habitar é habitar o mundo, ser no mundo, existir. Porém, alguns fatores se mostravam determinantes para permanência dos indivíduos no lugar que viriam habitar. Quando errantes, era de suma importância a quantidade de recursos disponíveis na região, e, assim que sedentários, importava a presença de água próxima à área de sua fixação, entre outros fatores. Ao analisarmos as civilizações do passado, percebemos que algo em comum entre elas é o fato de se alocarem próximas a rios ou costas marítimas, sendo este um fator determinante para fixar o sedentarismo, uma vez que diminuía a dependência da natureza e tornava os seres humanos relativamente autônomos. Segundo Baptista e Cardoso (2013), além da óbvia necessidade da água para consumo, higiene e desenvolvimento das atividades agrícolas e artesanais, a presença dos rios junto às aglomerações urbanas favorecia as comunicações e o comércio. Muitos povos utilizaram desses corpos de água para manutenção de sua segurança e até para alicerçaram suas culturas no simbolismo que a água representa, e, dessa forma, sua dominação se mostrava necessária, visto que o elemento causava adoração e medo. A água que abastece, fertiliza e irriga, também destrói, num ciclo contínuo de eterno devir, como já mencionava o filósofo Heráclito de Éfeso.

Para Bachelard, (1998, p. 202):

> A água, esse líquido universal submetido às leis do inconsciente, sugere um líquido orgânico. A água extraordinária, a água que surpreende o viajante, as aventuras que querem geográficas. Se ela é matéria fundamental para o inconsciente, então deve comandar a terra. É o sangue da Terra. A vida da Terra. É a água que vai arrastar toda a paisagem para o seu próprio destino. Em particular, uma determinada água, um determinado vale [...] A inquietação mais cedo ou mais tarde, deve surpreender-nos no vale. O vale acumula as águas e as preocupações, uma água subterrânea o escava e o trabalha.

Este líquido de valor universal, como mencionava Bachelard, representa muito mais do que vida, pois viver sem a perspectiva de continuidade equivale ao fim. A água simboliza unidade, oportunidade de florescimento e de construção de novas histórias, sendo que essas narrativas dependem exclusivamente dos seres que as manipulam.

Ao contrário do que pensava Heródoto (“o Egito é uma dádiva do Nilo”), o rio é produto de quem o controla, e ele transformará e apresentará o resultado que se espera dentro de uma sociedade somente quando somado à habilidade humana – fora dessa perspectiva, o rio cumprirá “apenas” com a finalidade que foi atribuída à sua natureza. Muitas sociedades e relações se construíram e foram destruídas nas margens de rios, e esse processo continua a acontecer no contemporâneo. Cada cultura, cada povo, cada área de conhecimento gera conceitos e definições para este curso d’água tão importante. Tão dinâmico quanto a história, o rio alimentam e são alimentado, geração após geração. Irriga, floresce, dá frutos, dá vida;

proporciona subsistência e continuidade, mas também destrói e é destruído por aqueles que tanto necessitam de suas águas.

A história do Brasil foi construída por meio de relações assimétricas de poder e de dinâmicas de dependência entre os povos que aqui habitavam e de seus rios e seu vasto litoral, mesmo antes dessa porção de terra possuir o atual nome. Pensando nos povos originários, muitos na condição de nômades ou seminômades transitavam próximo aos cursos d'água para se abastecer e se deslocar. Aos que já eram sedentários, a água dos rios supria a irrigação de suas plantações, entre outras utilidades. Mesmo antes da chegada dos europeus, o Brasil já servia de escala ou ponto de guarnecimento destes povos em suas viagens ultramarinas. E quando os colonizadores dominaram essas terras, foi no litoral próximo ao mar que se fixaram, utilizando-se do conhecimento dos povos que aqui já habitavam. De acordo com Tonetto (2021), aproveitar o conhecimento do território pelos povos originários se apresenta de maneira tão significativa que muitas cidades brasileiras se desenvolveram e tiveram seu processo histórico de ocupação originado por essa dinâmica. Os povos originários possuíam um conhecimento vasto de sobrevivência e deslocamento, e assim os europeus aproveitaram desses sujeitos para tirar proveito de técnicas e competências desconhecidas por eles até então.

Esses encadeamentos entre europeus e indígenas eram tão constantes e comuns que ocorriam nas mais diversas regiões, o que inclui a porção sul do país. Santa Catarina ocupa a menor fração territorial da região sul do Brasil e, mesmo dispondo de um território considerado pequeno, o estado já foi e continua sendo palco de diversos conflitos, invasões e apoderamentos entre o indígena e o não indígena. Essa hostilidade se deu justamente por conta das ocupações territoriais, já que por vezes é esquecida a história dos povos originários precedentes aos imigrantes europeus quanto ao preenchimento dessas terras e de seus contatos, que ocorreram por meio de luta e resistência. Segundo Carola (2010), relatórios do Governo Imperial e, particularmente, da Província de Santa Catarina, tratam dos ataques de indígenas aos colonos de maneira clássica, ao modo de ver da cultura ocidental: mundo selvagem *versus* mundo civilizado. É bastante comum em várias literaturas, principalmente as mais tradicionais e de cunho memorialista que tratam sobre este tema, descrever o povo indígena como não civilizado, agressivo, arredio e até mesmo os relacionando a narrativas negativas e a dogmáticas cristãs, como indivíduos desalmados. É sabido que o imaginário a cerca destes povos é carregado de preconceito, desinformação e intolerância. De acordo com Proust (1991 *apud* CAMPOS *et al.*, 2013), a formação pré-colonial da região sul brasileira se desenvolveu a partir da presença de grupos caçadores-coletores, pescadores-coletores, pré-ceramistas e, posteriormente, por horticultores que se fixaram nas praias, junto a rios e lagoas. Estes apontamentos são

corroborados pela presença de diversos vestígios arqueológicos pertencentes a diferentes grupos encontrados na região. “As pesquisas arqueológicas realizadas na ilha de Santa Catarina encontraram vestígios da presença dessa população 400 anos antes da chegada dos europeus, à época denominada Carijó”. (BRIGHENTI, 2012 p. 43). Isso apenas confirma que a presença de povos originários neste território precede o período colonial brasileiro.

Além dos povos indígenas que já habitavam e transitavam por estas extensões territoriais, outras populações participaram da ocupação do território catarinense. Como aponta De Luca e Santiago (2020), a imigração se deu por etapas distintas: após o reconhecimento do território ainda no século XVI, ocorreram as fundações de vilas litorâneas no século XVII, as imigrações açorianas no século XVIII e as imigrações alemã, italiana e polonesa ao longo do século XIX. De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (2011), para o governo brasileiro, este movimento atendia a diversas necessidades internas e externas, entre elas, a ocupação de áreas tidas como devolutas habitadas por indígenas, a hegemonia política e militar sobre a Argentina na foz do Rio da Prata, a substituição da força de trabalho escravo para o livre. Havia, ainda, o interesse velado e menos confesso que era o de “embranquecer a raça”, visão vigente nas elites que administravam as nações recém-libertas, que lutavam para se enquadrar nos parâmetros considerados civilizatórios na época.

Segundo documentos oficiais do IPHAN (2011, p. 56):

> Ao colocar nativos e colonos disputando o mesmo espaço, o governo criou uma situação de embate. O imigrante, que pagava por seu lote, era legalmente o dono da terra. Mas os grupos que ali já estavam também o eram, legitimamente. Na medida em que os colonos adentravam florestas ou subiam rios, recorriam à violência para conter os indígenas que, eventualmente, atacavam moradias e plantações.

A introdução de diferentes povos nesse território potencializou tensões, e como resultado destes conflitos perdeu-se parcial ou totalmente os povos originários desta região. Esses povos foram praticamente apagados das histórias sobre a formação do território, em especial da fundação e constituição das cidades que surgiam sobre aquelas que foram suas terras, sendo dizimados por meio de violência ou doenças trazidas de forma oculta pelo colonizador.

A colonização do estado de Santa Catarina se iniciou pelo litoral e seguindo em direção ao interior, prática considerada comum em outras regiões do país. Comum também o fato desses imigrantes ocuparem terras que margeavam rios, regiões cobiçadas e férteis, e Pimenta (2018) disserta sobre essa ocupação dos vales dos rios. Imigrantes de diversas nacionalidades se instalaram em pequenas colônias que mantiveram traços culturais perceptíveis nas suas paisagens. Já na região Sul, especificamente no final do século XIX, devido ao grande

contingente de imigrantes italianos que chegavam, necessitou-se abrir novas frentes para expansão colonial, que teve na confluência do Rio Pedras Grandes com o Rio Tubarão o local escolhido para fundação da Colônia Azambuja. Ao longo do Rio Pedras Grandes e de seus afluentes, novos caminhos foram abertos e, no ano de 1878, novos grupos de imigrantes foram levados do vale do Tubarão para o Rio Urussanga, onde se instalou uma sede secundária (IPHAN, 2011). Sobre a sua fixação, de acordo com Pimenta (2018), esses imigrantes foram introduzidos pelos luso-brasileiros que já estavam instalados no litoral catarinense na prática de cultivo de espécies autóctones, que somadas ao seu conhecimento prévio deram-lhe oportunidade e domínio sob este território.

Conforme disserta o autor (2018, p. 135):

> Os insumos encontrados pelos imigrantes –pedras, madeiras, argilas–e as técnicas trazidas em suas bagagens, traduziram-se, inicialmente, numa rústica e expressiva arquitetura, respondendo às necessidades de habitar, trabalhar a terra, cultuar suas crenças, ou seja, reproduzir sua sociedade, de forma ampliada. Para isso, ergueram casas, instalações produtivas, igrejas, capelas, oratórios, escolas e salões.

Esses e outros ciclos migratórios de povos de várias nacionalidades, de natureza espontânea ou forçada, se deram por todo estado, incluindo a região sul. Aos poucos o território de Santa Catarina absorvia as novas culturas que lhe eram introduzidas, cada uma ao seu modo de ser e viver, e preenchiam essas terras com suas histórias de “heroísmo e resistência”.

Na cidade de Urussanga não foi diferente. Muito ainda se fala dos bravos imigrantes, que com a força dos seus braços e o suor do seu rosto construíram esta cidade. Porém, pouco se narra de quem aqui antes viveu. Urussanga se encontra localizada ao sul de Santa Catarina, e preserva hoje costumes e arquitetura provenientes da sua imigração italiana. Sua instalação se deu em 1878, quando Joaquim Vieira Ferreira, engenheiro responsável, sancionou sua criação. Segundo Rocha e Cardoso (2021, p. 9):

> As primeiras levas de ocupação destinadas a esta colônia são provenientes da Itália, sobretudo da região do Vêneto. As famílias de imigrantes que chegaram nesse período, buscaram consolidar-se nesse espaço, construindo suas primeiras residências no núcleo central, região que, posteriormente, se tornaria de interesse histórico.

Além da área central, algumas famílias de imigrantes ocuparam as localidades de Rancho do Bugres, Rio Maior, Rio Salto, Rio América, Rio Caeté, Rio Carvão, Rio Barro Vermelho e Rio Deserto, como mencionado por Nelma Baldin (1999). Seguindo modelos semelhantes, as ocupações migratórias ocorriam nas proximidades de rios, lagos ou lagoas, visto que este recurso era de primeira importância para o desenvolvimento e sustentação de qualquer modelo econômico que fossem adotar dali para frente. E foi realmente assim que se

seguiu: os rios que abasteciam esta porção de terra tiveram as mais diversas finalidades ao longo da história do município, o que se aplica às atividades agrícolas, urbanização, extração de carvão e, ainda, práticas que comprometeram negativamente as suas águas.

> Logo após os primórdios das ocupações urbanas, ainda quando as populações ribeirinhas eram rarefeitas, nas Idades Antiga e Média, os rios já começaram a sentir os impactos da urbanização, recebendo elevadas cargas sanitárias, resíduos das atividades comerciais e manufatureiras, poluição urbana difusa, ocupação de margens etc. (BAPTISTA; NASCIMENTO, 2002, p. 131).

O rio que fez referência à instalação do município, que nasce no seio da cidade, em confluência do rio Carvão e rio Maior, é o Rio Urussanga. O rio Urussanga percorre 42,5 km até a foz, localizada na Barra do Rio Torneiro, parte da Praia da Esplanada, em Jaguaruna. Durante seu percurso, o rio movimenta-se e se desloca por dez municípios, sendo eles, Cocal do Sul, Morro da Fumaça, Criciúma, Treze de Maio, Pedras Grandes, Jaguaruna, Sangão, Urussanga, Içara e Balneário Rincão. (CITADIN, 2014).

Quantas histórias acompanham o movimento do rio? Este que passa por tantas cidades, que sofreu com a mudança do tempo, da economia, com o impacto do homem, com diversas migrações. Quantas marcas e construções viram as épocas de cheia, de fartura e de escassez que suas águas proporcionaram? Quantas vidas se fizeram e se refizeram em suas margens, quantas histórias esquecidas podemos contar?

A motivação que nos faz escrever pode vir de diversos fatores, mas definitivamente transcende a “simples” ideia de conclusão de um mestrado. Compreender e (re)significar histórias, dando-lhes a visibilidade merecida a partir da memória e relação de sujeitos com o seu patrimônio residencial, é de uma realização e satisfação quase própria, como se pudesse, recuperando estes enredos, retratar e reparar o esquecimento que lhes foi designado.

Então, retoma-se o início desta escrita, sobre a importância da casa para os seres humanos, do seu valor físico, material e de seu simbolismo. Pelas margens do rio encontramos diversas moradias, sendo algumas ainda cheias de vida, outras sofridas e abandonadas pelos seus e pelo tempo, tornando-se vestígios de algo que já foi importante no passado. Casas coloniais, com inspiração europeia, que guardam quase intactas a memória de um grupo social que ali viveu. Mas que grupo foi esse? Essa memória remete à população em geral ou exclui parte importante deste enredo? Será que estas construções por si só respondem nossos questionamentos sobre o passado, ou nos causam a falsa sensação de que todas as pessoas tinham acesso aos mesmos bens, que vivam da mesma maneira?

Refletindo sobre estas inquietações, voltamos ao Rio Urussanga, rio que dentro do perímetro da cidade de Urussanga pretendemos mapear e, a partir de suas margens, quem sabe,

contar histórias outras, de abrigos, casas e residências, de lugares afetivos, de memórias saudosas, do patrimônio particular tão rico a quem lhe pertence ou pertenceu.

Segundo Hartog (2013, p. 197):

> O patrimônio torna visível, expressa uma certa ordem do tempo, na qual a dimensão do passado conta. Trata- -se, porém, de um passado do qual o presente não pode ou não quer se desligar completamente. Quer se trate de celebrá-lo, imitá-lo, conjurá-lo, de extrair prestígio dele ou apenas de poder visitá-lo.

Por falar em patrimônio, esta região possui diversos patrimônios tombados, sendo que muitos ainda mantem, na sua arquitetura, marcas do período de colonização. Segundo De Lucca e Santiago (2011). Atualmente, Urussanga conta com 18 edificações tombadas na zona urbana central, todas no entorno da Praça Anita Garibaldi, e outras 6 edificações na zona rural, sendo a maioria de caráter elitista, caracterizado por uma cultura dominante. Nada temos contra estes patrimônios, muito pelo contrário, já que estes guardam parte da história – porém, a parte não é o todo, não inclui todos. De acordo com Menezes (1992 *apud* Giovanaz 2007, p. 236):

> [...] qual cidade vamos preservar? A cidade dos antepassados, dos heróis fundadores (e dos vilões), dos donos do poder, de ontem de hoje? Ou conforme a fonte de informação, a cidade dos eruditos e dos historiadores, dos poetas oficiais, dos urbanistas, dos tecnocratas planejadores? Dos habitantes? Quais? Dos homens da rua e daqueles que com suas mãos a constrói, simples instrumento?

Quebrar com a percepção de que a ocupação se deu apenas por grupos tradicionais, em uma cidade em que a colonização foi maciçamente italiana, se faz tão necessária principalmente quando tratamos de algo tão particular, como a casa em que esses sujeitos viveram. “Pois a casa é nosso canto do mundo. Ela é, como se diz frequentemente, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo. Até a mais modesta habitação, vista intimamente, é bela”. (BACHELARD, 1958, p. 200).

Quem não lembra da primeira casa onde viveu e que, talvez, ainda vive? E ela não precisa ser necessariamente um grande casarão tombado no centro da cidade. Memórias daquilo que nos pertenceu, lembranças de cheiro, formas, cores, pessoas que ali habitavam ou dos sentimentos que ela evocava. Impossível falar de casa e não recordar daquela que vivemos. As lembranças que possuímos, misturadas com a saudade, resulta quase que em um devotamento, que são destroçados de forma avassaladora por um sentimento de impotência extrema originada pela natureza do tempo. Trata-se de uma residência centenária, com paredes espessas de um branco que doía os olhos, com janelas imponentes e um teto que parecia inatingível, ainda mais para uma criança.

Ali foi dividida a infância e parte da adolescência. Muitas dificuldades foram superadas, mas tantas outras não. As perdas foram sentidas, e a razão da impotência mencionada acima é, de certa forma, por colaborar indiretamente para a destruição deste lar, não podendo ser feito nada para impedir que aconteça, apenas torcer para que o tempo não seja tão implacável.

Figura 1 - Casarão Família Beretta

Fonte: Acervo da autora.

As angústias declaradas acima provavelmente são de muitas outras pessoas, porém, escrever de certa forma registra de uma maneira materializada aquilo que está apenas em nossas memórias.

Segundo Assmann (2011, p. 328):

> O significado dos locais das gerações surge do vínculo duradouro que famílias ou grupos mantêm com um local determinado. Assim surge uma relação estreita entre as pessoas e o local geográfico: este determina as formas de vida e as experiências das pessoas, tal como estas impregnam o local com sua tradição e histórias.

Este vínculo citado pela autora, que liga as famílias em um determinado lugar, neste caso com as suas casas, é a esperança que mantenho em acreditar que talvez as angústias que sinto possam também ser sentidas por outras pessoas, e que talvez seja esta uma oportunidade de fazê-las enxergar a importância que o seu patrimônio possui para com todos.

Nossa casa guarda muito mais do que nossos bens materiais e nosso corpo. Para além disso, guarda nossas memórias, que nem sempre são saudosas, mas nos pertencem, fazem parte da construção de quem nos tornamos. Embora a nossa sociedade destrua lugares assim, esses locais de memória, toda história vivida é importante, é singular, mesmo que nem sempre os órgãos públicos, as pessoas ou as leis de salvaguarda lhes deem a devida importância. Como já dizia Pierre Nora (1993), os lugares de memória são sobreviventes, e cabe a todos nós, de alguma forma, mantê-los vivos, transformando-os em referência de pertencimento na cidade e em um patrimônio coletivo.

Para que um bem se torne referência coletiva, é necessária a sua identificação, compreensão e preservação para existir, material ou imaterialmente. Esta pesquisa procurou de alguma forma abraçar essa ideia a partir de inventários e, para além deles, compreendeu os patrimônios residenciais como lugares de memória coletiva e plural. Para realizar essa tarefa, foi preciso delimitar um perímetro, e o escolhido compreende as margens do Rio Urussanga, dentro do raio territorial do município. Para que os objetivos dessa pesquisa fossem alcançados, mostrou-se fundamental o diálogo com o referencial teórico escolhido, com a historiografia local, com material mapeado e com as fichas técnicas produzidas com as saídas de campo. Buscando atender todas as esferas levantadas nos objetivos deste escrito, dividimos o trabalho em um arranjo de três capítulos. A primeira parte relacionou as categorias de análise e a historiografia local como roteiros de conhecimento; em seguida, tratou-se de analisar as margens do Rio Urussanga, suas moradias e seu entorno, identificando trajetórias outras e apresentando lugares de memória e patrimônio compartilhado; e, por fim, o último capítulo, por meio do mapeamento e cartografia, identificou que as moradias na margem do Rio Urussanga possuem um potencial para serem repensadas como parte de um patrimônio plural e polifônico.

1.1 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICO

1.1.1 Objetivo Geral

Identificar os patrimônios residenciais nas margens do Rio Urussanga, compreendendo-os como lugares de memória que potencializam ações de preservação e salvaguarda.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Conceituar as categorias norteadoras para análise do tema proposto, sendo elas patrimônio, memória e lugares de memória;
- Identificar os patrimônios residenciais mais significativos nas margens do Rio Urussanga, levando em consideração especificidades tais como histórias, sujeitos, diversidade e temporalidade;
- Espacializar os patrimônios residenciais identificados por meio cartográfico.

.

1.2 Metodologias da pesquisa

Nem sempre o cuidado e o apreço por um bem residencial são suficientes para manter sua integridade, protegê-lo e salvaguardá-lo. Geralmente, quando um bem possui relevância histórica, cultural e arquitetônica, municípios, estados e a união iniciam processos de salvaguarda por meio de tombamentos. Segundo o IPHAN (2014), a preservação desses bens, por meio do tombamento, significa o reconhecimento oficial do seu valor e do seu significado para a compreensão da história e da identidade de uma comunidade, um povo, uma nação ou, por vezes, da Humanidade. Porém, sabe-se que o tombamento não é a única forma de prevenção patrimonial. Como menciona o IPHAN (2014):

> A Constituição Federal estabelece que é função da União, dos estados e municípios, com o apoio das comunidades, preservar os bens culturais e naturais brasileiros. Além do tombamento, existem outras formas de preservação. O inventário é a primeira forma para o reconhecimento da importância dos bens culturais e ambientais, por meio do registro de suas características principais.
> Os planos diretores também estabelecem formas de preservação do patrimônio pelos municípios, por intermédio do planejamento urbano. Os municípios devem promover o desenvolvimento das cidades sem a destruição do patrimônio. Podem, ainda, criar leis específicas que estabeleçam incentivos à preservação.

Registrar as características principais das construções por meio de inventários e de planos diretores sensíveis ao tema são saídas viáveis quanto ao assunto tratado. O IPHAN ainda conta com a Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM), instituída pela Portaria Nº 375, de 19 de setembro de 2018, que serve de guia para ações e processos de identificação, reconhecimento, proteção, licenciamento, fiscalização, monitoramento, conservação, interpretação, promoção, e educação patrimonial relacionados à dimensão material do Patrimônio Cultural Brasileiro. (IPHAN, 2018). A PPCM tem como objetivo a promoção e a construção coletiva dos instrumentos de preservação, garantindo que as ações do IPHAN junto às comunidades e entre os agentes públicos sejam legitimadas. Para isso, é importante compreender a indissociabilidade entre os bens culturais e suas comunidades, além da participação ativa na elaboração de estratégias e da colaboração entre as esferas do Poder Público e a comunidade. (IPHAN, 2018). Um instrumento de reconhecimento inédito pelo IPHAN é a ideia de lugares de memória: ainda que um bem cultural tenha perdido sua integridade e autenticidade em consequência da ação humana ou do tempo, poderá ser reconhecido pela importância de seus valores simbólicos.

Caso um bem tenha valor e significado simbólico de pertencimento à sua comunidade, a salvaguarda torna-se um meio de proteção e preservação desse espaço. Conhecer a

importância dos patrimônios da comunidade ao qual pertencem é uma maneira de lutar pela sua resistência e permanência.

Assim, para que este estudo atendesse seus objetivos, além de compreender seu valor patrimonial, esta investigação adotou por metodologia a pesquisa de memória no campo da história, bem como levantamento da produção historiográfica local (legislações municipais, estaduais e federais), seguida por levantamento de dados em campo, com registro fotográfico, e desenvolvimento de um mapa temático. A pesquisa se deu em caráter qualitativo e exploratório, o que permitiu compreender os bens registrados de maneira singular, respeitando suas particularidades e ampliando a perspectiva e as demandas do estudo.

1. Pesquisa Bibliográfica e Documental

Em primeiro momento foi realizado um levantamento documental, bibliográfico e das legislações sobre o município de Urussanga. Esta primeira abordagem incluiu pesquisadores de áreas distintas, bem como memorialistas da história regional. Para que a base da pesquisa se tornasse mais produtiva, debruçamo-nos sobre os conceitos norteadores, entre eles, o de espaço, memória e patrimônio, que foram essenciais para conduzir o caminho traçado e as discussões deste trabalho. As pesquisas incluíram livros, sites acadêmicos, acervos digitais, artigos científicos, dissertações e teses, entre outros documentos disponíveis. A consulta à legislação se deu nas esferas municipais, estaduais e federais, visto que as especificidades patrimoniais de cada região são variadas.

2. Trabalho de campo (identificação dos patrimônios)

A saída de campo aconteceu em três momentos. A primeira visita ocorreu em janeiro de 2022, com a finalidade de reconhecimento da extensão do campo e de seu potencial de pesquisa. Já a segunda fase se deu em julho de 2022, com o registro fotográfico e captação de coordenadas dos bens residências. Nesta etapa, a coleta de dados se deu por intermédio de um GPS (*Global Positioning System* – Sistema de Posicionamento Global), que consiste em estabelecer um sistema de coordenadas geográficas. Após a identificação e mapeamento dos bens de natureza material, foi possível espacializá-los e, por meio da criação de um mapa, identificá-los ao longo do rio Urussanga. Este registro demonstrou uma quantidade significativa de bens residências no perímetro proposto, e evidenciou a ausência de proteção a esses patrimônios, principalmente quando comparado a regiões centrais da cidade. Para a realização da parte cartográfica, adotou-se o sistema de Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM), Datum SIRGAS 2000, meridiano de referência 51°W (Fuso 22 S). O *software* que auxiliou na construção dos

mapeamentos temáticos foi o ArcGIS 10.3.1, desenvolvido pela ESRI (*Environmental Systems Research Institute*) e licenciado pela UNESC e o Qgis 3.14 “PI” (*Software* livre).

A criação de um mapa temático poderá contribuir para a elaboração e melhoramento de políticas públicas de preservação do Patrimônio Histórico do município, caso seja a vontade das gestões envolvidas. A portaria nº 375 do IPHAN, de 19 de setembro de 2018, em seu artigo 17 complementa:

> Art. 17. As ações e atividades de Identificação devem privilegiar recortes temáticos, cronológicos ou territoriais e refletir sobre a representatividade local, regional e nacional, evidenciando os atributos e características do bem material, podendo, ou não, resultar em medidas de proteção ou em instrumentos de gestão territorial.

3 Trabalho de campo (Inventariação dos patrimônios)

A terceira etapa da saída de campo aconteceu em janeiro de 2023, e nela foram preenchidas as fichas de pesquisa sobre alguns patrimônios selecionados que foram previamente determinados. Com esse material foi possível conhecer a idade e o modelo de construção, bem como a história de algumas residências. Sobre a seleção destes bens, é possível afirmar que ela seguiu alguns critérios. Após a identificação e primeiro contato com os patrimônios e seus proprietários, foram determinados alguns quesitos de aplicação da ficha de pesquisa, entre eles, a idade e matéria-prima da residência. Procuramos, ainda, inventariar casas do início da colonização com diferentes materiais de construção, como madeira, pedras e tijolos. A localização também foi determinante, uma vez que procuramos contemplar ambas as margens do rio dentro do perímetro de Urussanga e suas particularidades distintas: uma das margens possuí características rurais e, a outra, áreas industriais e pequenos aglomerados residenciais, além de rodovia e ferrovia. O reconhecimento da comunidade, a oralidade, a receptividade e o desejo do proprietário em compartilhar suas memórias foram os pontos decisivos para a escolha da aplicação das fichas, sendo que, durante o campo, ocorreram situações de hostilidades, fato que dificultou ou impossibilitou o registro ou visitas posteriores às residências. Essa participação da comunidade é peça chave, visto que o patrimônio não tem o poder de falar por si só, precisando indicar sua relevância por meio dos indivíduos que o representam, considerando que esses bens são portadores de referências de identidade e de memória. Assim, procuramos utilizar a memória como mais uma entre as fontes que contribuem para historicizar o patrimônio local.

O objetivo da identificação e posterior inventariação foi de reconhecer e manifestar os valores patrimoniais já existentes na comunidade, de forma a atribuir significação cultural aos

bens materiais em esferas mais amplas, potencializando futuras ações de preservação e salvaguarda.

Abaixo é possível observar o modelo de ficha utilizada para pesquisa dos patrimônios residenciais, inspirada em modelos pré-existentes (Cadastro de bens/IPHAN, Caracterização externa/IPHAN, entre outras), e moldada conforme à necessidade do trabalho.

Quadro 1 - Ficha de Pesquisa 1

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais- PPGCA UNESC

FICHA DE PESQUISA E MAPEAMENTO DE PATRIMÔNIO RESIDENCIAL AS MARGENS DO RIO - URUSSANGA-SC		
Mestranda: **Orientador:** **Coorientadora:**	Gislaine Beretta Juliano Bitencourt Campos Lucy Cristina Ostetto	DATA:

IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA RESIDÊNCIA/ IMÓVEL

LOCALIDADE/ ENDEREÇO		
ENTREVISTADO(A) E PROPRIETÁRIO(A)		
PROPRIETÁRIO(A)/ CONSTRUTOR ORIGEM/NACIONALIDADE		
USO ORIGINAL		
USO ATUAL		
EDIFÍCIO ISOLADO:	**CONJUNTO ARQUITETÔNICO**:	**LOGRADOURO PÚBLICO**:
PATRIM. TOMBADO:	**NÚMERO DE PAVIMENTOS**:	**PORÃO**: **SÓTÃO**:
ESTRUTURA	**MADEIRA:** **ALVENARIA:**	**OUTROS:**

BREVE DESCRIÇÃO

DATA APROX. DA CONSTRUÇÃO	1	**ESTADO DE CONSERVAÇÃO**	( ) BOM ( ) REGULAR ( ) PRECÁRIO ( ) EM RUINAS
CARACTERIZAÇÃO, TÉCNICA CONSTRUTIVA, MATERIAIS EMPREGADOS (PAREDES, COBERTURA, PISO, ENTRE OUTROS)			

INTERVENÇÕES, INSERÇÃO DE ANEXOS, SUBSTITUIÇÃO DE MATERIAIS, ENTRE OUTROS.
ENTORNO/ PAISAGEM
AVALIAÇÃO DE IMPACTO – avaliação de impacto, atividades e empreendimentos potencialmente causadores de impactos em bens culturais.

BREVE HISTÓRICO

TIPOLOGIA (edificação típica de qual imigração?):
DADOS HISTÓRICOS, RELATOS ORAIS, PATRIMÔNIO IMATERIAL, ETC:
INTERESSE/ RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE:

OUTROS/DOCUMENTAÇÃO PRODUZIDA EM CAMPO

NÚMERO DE FOTOGRAFIAS PRODUZIDAS	
QUANTIDADE DE VISIDAS DE VISITA DE CAMPO	

2 HISTORIOGRAFIA E CONCEITOS NORTEADORES

As pedras e os materiais não vos resistirão. Mas os grupos resistirão, e, deles com a própria resistência, senão das pedras, pelo menos de seus antigos arranjos na qual vos esbarreis.
Maurice Halbwachs

2.1 Historiografia

O núcleo colonial de Urussanga passou por diversas transformações desde a sua fundação até o tempo presente. Sobre sua historiografia, é importante salientar que é composta por textos ditos tradicionais de pesquisadores e memorialistas, como os escritos de Agenor Neves Marques (1978), Pe. Luiz Marzanno (1985), Quinto Baldessar (1991) e Pe. João Leonir Dall'Alba (1987). Embora essas histórias tenham sido as únicas a moldar o imaginário da imigração do sul do estado por muito tempo, hoje elas dividem espaço com produções, artigos e estudos de diversos autores e áreas do conhecimento.

Urussanga se localiza a 185km da capital Florianópolis, ao sul de Santa Catarina. Sua fundação se deu no ano de 1878, por responsabilidade do engenheiro Joaquim Viera Ferreira. Apesar de Urussanga ter sido antes apenas uma sede secundária de Azambuja, assim como Armazém e Canela Grande, ela já se diferia das demais, visto a confiança depositada por seu fundador, conforme relatado por seu filho, o desembargador Vieira Ferreira:

> O primeiro ano de trabalho da comissão chefiada pelo engenheiro Joaquim Vieira Ferreira foi de preparar as condições para que a colônia pudesse obter êxito em seus propósitos. Assim, foram levadas a efeito explorações de rios e a preparação de caminhos para a consequente ocupação da área com imigrantes. A divisão das terras em lotes obedeceu ao plano dos caminhos traçados e o aproveitamento dos rios e demais cursos d'água existentes na área. (SELAU, 2006, p. 60).

No final do século XIX e início do século XX, a colônia recebeu grande contingente de imigrantes italianos, provenientes sobretudo da região do Vêneto, como menciona Rocha e Cardozo (2021). As colônias fundadas neste período, incluindo Urussanga, se estabeleceram em regiões interioranas, ligadas de maneira tênue a núcleos luso-brasileiros no litoral, formando ilhas culturais, como apontado por De Lucca e Santiago (2011). Serviram, assim, de modelo ou propaganda de colônia, sendo seu sucesso fundamental para que novos imigrantes se interessassem em viver neste local. De acordo com Selau (2006, p. 60):

> Esta iniciativa tinha por objetivo estabelecer colonos imigrantes na região, na forma de colonização estabelecida pelas colônias oficiais para que as mesmas servissem de

> atrativo para novos empreendimentos colonizadores e para que os próprios imigrantes, estabelecidos convidassem seus parentes para migrar ao Brasil, formando a corrente migratória esperada pelo governo imperial.

Algumas problemáticas deixaram marcas profundas na economia e no povo italiano: o país passava por uma recente unificação; a sua industrialização, comparada a outras nações da Europa, foi tardia; os camponeses passavam por uma série endividamentos, resultando em migrações para as cidades; e, nesses centros urbanos, o desemprego, a miséria e a fome eram uma constante. Além disso, efervesciam ideologias partidárias diversas, algumas delas apontadas como Comunistas e Anarquistas. Essas ideologias falavam em favor do povo oprimido e criticavam a igreja católica e a servidão, como mencionado por Baldin. (1999, p. 19). A crise socioeconômica que assolava o país contrastava com as propagandas de prosperidade oferecidas pelo Brasil. Muitos colonos, em sua maioria agricultores de origem simples, se deixaram levar pela publicidade disseminada, e aliciados, passaram a procurar novos rumos de paz e liberdade, conforme descreve Marzano (1979, p. 46).

> Nos anos de 1876, 1877, 1878, circulares, jornais e conferencistas giravam pela Europa, especialmente na Itália, desenhando em cores de ouro e apontando como a terra prometida na América e em modo particular o Brasil. (MARZANO, 1985, p.54).

Decididos a vir para o Brasil, a viagem iniciava por mar em grandes transatlânticos que cortavam o oceano. Assim que aportavam, seguiam caminho em embarcações menores até Desterro e, posteriormente, até Laguna. De Laguna rumaram a pé e a carro de boi até Pedras Grandes, na sequência Azambuja, e, por fim, Urussanga. A viagem era longa e dura, e ao chegarem ao seu destino encontravam como moradia galpões improvisados em meio à mata. Sobre a moradia provisória, Marques (1979, p. 57), descreve:

> Armado num clarão da floresta virgem, o grande galpão era sustentado por toscas colunas de grossas árvores, cobertos de folhas de perí (palmeira nativa) e cercado em parte com costaneiras. Aí nesse original albergue se acolhiam todos, homens, mulheres, jovens e crianças, até providenciarem moradas definitivas.

Estes galpões serviam de abrigo provisório aos europeus que chegavam, visto que, mesmo após receberem os lotes comprados, ainda não tinham residência, ela precisava ser construída. A subsistência também era um fator que preocupava, e como imaginado, a agricultura passou a ser estimulada. O clima e a terra da região eram bastante férteis e propícios a algumas culturas de alimentos. Aos poucos a colônia se desenvolvia, oferecendo aos seus habitantes recursos necessários à continuidade. Moinhos, vendas, atafonas, engenhos, moendas,

ferrarias e serrarias começaram a se multiplicar por essa porção de terra, como mencionado por Marques (1979, p. 134).

A colônia ganhava novos ares e essas transformações seguiam a perspectiva europeia, ou seja, de um olhar de "desenvolvimento" capitalista e predatório, que destrói qualquer possibilidade de concorrência ou ameaça. O grupo indígena Laklãnã-Xokleng, que tinha seus membros pejorativamente mencionados como bugres pelos imigrantes, dominavam, entre outros povos, um extenso território que hoje denominamos Santa Catarina, o que inclui a região de Urussanga. A demanda de compor um território vasto se dava pela necessidade de subsistência na caça e na coleta. Conforme os colonos desmatavam para construir e plantar, diminuíam ou comprometiam os recursos utilizados por esses povos, que se mantinham nos arredores da colônia, infiltrados na mata Atlântica.

À medida que a crescente derrubada da mata expandia a ideia de progresso e segurança ao colono recém-chegado, este abatimento deixava os povos que habitavam estas florestas expostos, desprotegidos e desabrigados. Esta era uma manobra utilizada para mantê-los longe – porém, apenas segregá-los não foi o "suficiente": decidiram, por fim, eliminá-los. Cedo ou tarde estes grupos antagônicos se encontrariam e "embora com seus lotes devidamente escriturados, teriam os italianos que os disputa-los com os donos da floresta". (MARQUES, 1979, p. 232). Para o não indígena, um documento de posse lhe dá o direito de viver sobre determinado território, é este documento que lhe promove a proprietário do lugar, seguindo a herança greco-cristã que entende a natureza como um bem criado por Deus para ser usada pelos homens. Os indígenas mantêm uma relação diferente com a terra, de respeito e gratidão, nunca de imposição e exploração, muito menos de posse. Por estes fatores, autores tradicionais, apegados às leituras europeizadas, contribuem e justificam o trágico desfecho das relações entre estes povos distintos como algo necessário à permanência da colônia. Sobre isso, Marzano (1985, p. 52) salienta:

> Neste ano (1903) completa-se o 25º aniversário da fundação das colônias. Há vinte e cinco anos a mata, ou melhor, floresta, antes ninho de selvagens e de animais ferozes, foi cedida às vigorosas forças dos italianos, os quais a transformaram, com suas fadigas, com seus suores e sacrifícios, em ubertosa terra de agricultura.

A dizimação ou exploração de nações indígenas por colonizadores europeus foi uma prática comum, que nos faz repensar conceitos básicos que norteiam a nossa pesquisa. Quando tratamos de um estudo sobre patrimônio residencial, focamos em um patrimônio material, geralmente legitimado por um grupo dominante. Porém, para entendermos o quão importante é o local, o território, para alguns grupos de indivíduos que nem sempre materializaram suas

posses e patrimônios, precisamos pensar de uma maneira mais ampla, dialogando com outras concepções.

2.2 Espaço

Para conversar com os conceitos que irão nortear a escrita desta dissertação, torna-se necessário, além de conhecer a história do município, nos debruçarmos sobre a importância das ocupações territoriais, que podemos de antemão iniciar com a definição de espaço, já que essas relações se estabelecem sob esse domínio. No seu conceito mais abrangente, a definição de espaço é vista como resultado de inter-relações materiais e culturais, segundo Milton Santos (1979, p.122) na obra *Por uma Geografia Nova*: "o espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual". Definir o espaço como um campo de forças sugere ao leitor um entendimento de que há uma luta contínua, realidade comum a ocupações e apropriações, o que nos propõe pensar que todo combate é definido por dois polos contraditórios, um impondo sua força e poder sobre o outro, ainda pressupondo um dos lados como vencedor. Essa dinâmica implica em resultados no próprio espaço, visto que terá representações diferentes e desiguais conforme o local, as relações e os processos por ele vividos. De acordo com Santos (1979, p. 171):

> O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais.

É de suma importância, na obra de Santos (1979), o fato de que a caracterização do espaço parte de representações sociais, o que engloba os recursos dispostos e a maneira pela qual os indivíduos atuarão sob ele. É nesse âmbito que as relações sociais acontecem, se aprofundam, se tornam complexas e deixam marcas no que se vê e naquilo que se sente. A própria definição de território descrita por Santos *et al.* (2011), no trabalho *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*, sinaliza que o conceito é uma das dimensões fundamentais da sociedade. Como mencionado por Santos *et al.* (2011, p.14):

> O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas, território tem que ser entendido como *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

É neste espaço, delimitado na natureza pelos seres humanos, que chamamos de território que é onde todas as ações humanas acontecem, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das

manifestações da sua existência. (SANTOS *et al.*, 2011, p. 13). Essas dinâmicas se constroem e potencializam o sentimento de pertencimento. Pertencer a algo, a alguém, a algum lugar, não é simplesmente um sentimento de posse, não nesta concepção. O pertencimento, aqui, não se trata de algo limitante, mas se versa ao sentir parte de algo, a vivência da inclusão, do reconhecimento. Olhar para um local e experienciar ele como uma extensão do próprio ser, ou, ainda, se reconhecer naquele lugar, ver sua história emaranhada, indissolúvel. Conforme as relações com o espaço se fortalecem, o ser humano desenvolve sua criatividade e cria casas, mitos, ritos, cria seu próprio espaço e a ele dá a sua cara, ele o governa. Nestes lugares, fica expressa as mudanças que impõem novas arrumações, as diferentes disposições para os objetos geográficos, uma organização de espaço diferente daquela que existia. (SANTOS *et al.*, 1979).

2.3 Memória

A memória se coloca como um outro conceito que norteará nossa análise, compreendendo-se que ela se dá por reflexo de conexões e vínculos afetivos ou impassíveis com pessoas e com lugares, relações que se constroem e se reconstroem múltiplas e repetidas vezes tendo como cenário a natureza e sua territorialidade. Sobre a memória, dialogaremos com Aleida Assmann a partir do seu livro *Espaços da Recordação* (2011). A escritora alemã, no início de seu texto, nos apresenta a expressão *Mnemotécnica*, que define como a arte da memória, e, aqui, "arte" deve ser entendido no seu antigo sentido de "técnica", ato de memorizar, decorar. Esta técnica originada na Grécia Antiga foi descrita pela primeira vez por Heródoto em seus escritos sobre o poeta Simônides. Certo dia, em uma festa, Simônides se encontrou em uma situação catastrófica: após a queda de um telhado que acabou mutilando parte dos convidados, ele pôde, ainda assim, identificar os corpos mutilados dos convidados na casa de seu anfitrião, seguindo a ordem em que as pessoas estavam sentadas. (ASSMANN, 2011, p. 31). A *mnemotécnica*, como procedimento de acumulação de informações e dados, ocorre por meio da memória, de forma que os dados sejam posteriormente relatados – ou seja, o fato que possibilitou a identificação dos corpos por Simônides foi o acúmulo de referências que ele guardou momentos antes do ocorrido.

Sobre a arte da memória, Assmann apresenta, como vertente da memória cultural, a ideia de memoração dos mortos, que evidencia a importância que as lembranças, os nomes e as ações dos mortos tem para sua família e para as futuras gerações, sobressaindo o âmbito mundano e passando a ocupar o religioso, opondo-se ao espaço da fama. A fama como uma outra função memorial era entendida como "a forma mais garantida de imortalidade, e viver

muito tempo significa sobreviver na lembrança das pessoas". (ASSMANN, 2011, p. 37). Incumbência desejada por heróis e conquistadores, a fama almejava superar a morte física e alcançar a eternidade, estando perpetuamente reforçado e impresso na história.

A autora (2011, p. 65) acrescenta:

> A translação da fama, avançando acima dos limites culturais e saindo da época clássica atemporal para chegar à história nacional, faz parada em frente aos humildes moradores do cemitério aldeão. Os heróis aqui enterrados permanecem como heróis virtuais, não porque não possuíam grandeza, mas porque não puderam desenvolver e eternizar tal grandeza para as gerações vindouras.

Quando a memória é baseada na fama ou em algo dito "oficial", excluímos a possibilidade de memórias plurais da população, o que diz respeito às classes populares, os negros, os indígenas, as mulheres, as crianças e qualquer outra minoria social. A este tipo de memória seletiva a autora dará a denominação de funcional, sendo suas características mais marcantes a referência ao grupo, a vinculação de valores e a orientação ao futuro. "Na memória humana e cultural impera a falta de lugar. Quanto mais restrita a capacidade de armazenamento, tanto maior a decisão com que se fazem escolhas e tanto mais valioso o conteúdo". (*Ibidem*, 2011, p. 135).

Opondo-se, e, ao mesmo tempo, complementando a memória funcional, a memória cumulativa entende o todo como importante, ou seja, não trata a lembrança como algo seletivo. Mesmo sendo de caráter mais abrangente, a memória cumulativa (ou histórica) é tão pouco natural quanto a memória funcional e, ao contrário, precisa ser apoiada por instituições que preservam, conservam, investigam e difundem o saber cultural. (*Ibid.*, p. 153).

A autora complementa (*Ibid.*, p. 154):

> Arquivos, museus, bibliotecas e memoriais participam da execução dessa tarefa tanto quanto institutos de pesquisa e universidades. Essas instituições oferecem resistência tanto à supressão involuntária do passado na memória cotidiana quanto ao seu apagamento consciente na memória funcional.

Essas instituições, geralmente oficiais, preservam ou apagam diversas memórias de acordo com uma classificação hierárquica, escusa, que de fato exclui alguns locais de recordação. Sobre os locais de recordação, a autora entende que o vínculo criado entre um grupo de pessoas com um local determinado é um laço duradouro e determinante na forma em que esses indivíduos viverão, acabando por refletir em suas experiências pessoais.

Sobre estes locais:

> Locais da recordação são fragmentos irrompidos da explosão de circunstâncias de vida perdidas ou destruídas. Pois, mesmo com o abandono e a destruição de um local, sua história ainda não acabou; eles retêm objetos materiais remanescentes que se

> tornam elementos de narrativas e, com isso, pontos de referência para uma nova memória cultural. Esses locais, porém, são carentes de explicações; seus significados precisam ser assegurados complementarmente por meio de tradições orais. (ASSMANN, 2011, p. 328).

Mesmo que o que reste destes locais sejam apenas destroços, tudo o que foi vivenciado ali pode ser reavivado pela recordação. O passado se mantém presente e isso se torna possível graças aos novos olhares que sobre ele é lançado. Para que a memória não deixe de existir é necessário que exista quem as faça lembrar.

A incumbência de "fazer lembrar" é atribuída à Ecléa Bóssi, ao tratar dos membros mais velhos da sociedade. Em seu texto *Memória e Sociedade: lembrança dos velhos* (1993), Bossi entende que, em determinadas idades, quando o sujeito deixa de ser um membro ativo da sociedade, cabe-lhe a atribuição de lembrar. É como se a estes indivíduos estivesse imposta a responsabilidade de guardar o passado e transferi-lo ao presente. "Haveria, portanto, para o velho uma espécie singular de obrigação social, que não pesa sobre os homens de outras idades: a obrigação de lembrar, e lembrar bem". (BOSSI, 1993, p. 23).

O que Aleida Assmann define como mnemotécnica, Ecléa Bósi nomeia por memória-hábito. A autora define a memória-hábito como aquela adquirida pelo esforço da atenção e pela repetição de gestos ou palavras:

> Trata-se de um exercício que, retomado até a fixação, transforma-se em um hábito, em um serviço para a vida cotidiana. Graças à memória-hábito, sabemos "de cor" os movimentos que exigem, por exemplo, o comer segundo as regras da etiqueta, o escrever, o falar uma língua estrangeira, o dirigir um automóvel, o costurar, o escrever a máquina, etc. A memória-hábito faz parte de todo o nosso adestramento cultural. (*Ibid.*, 1993, p. 11).

Se fazer lembrar daquilo que eventualmente possa ser considerado importante por meio da fixação, da repetição e da técnica. Este tipo de experiência talvez convenha quando o intuito seja o de conservar ou forjar uma memória única, porém cada expectador vivencia um mesmo evento de formas diferentes, compondo novas perspectivas conforme sua ótica. Segundo Bossi (1993, p. 413):

> Para Halbwachs, cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Nossos deslocamentos alteram esse ponto de vista: pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que convém à ação atual. O que nos parece unidade é múltiplo.

A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão à nossa disposição, é o conjunto de representações que povoam nossa consciência atual, conforme a autora. (*Ibid.*, p. 17). Por mais nítidas que sejam, nossas lembranças são afetadas pelas percepções que criamos, sofrem com nossos juízos de valor e de realidade, e já não somos mais os mesmos, não

pensamos mais da mesma maneira. “Para este também, se coloca a meta ideal de refazer, no discurso presente, acontecimentos pretéritos, o que, a rigor, exigiria se tirassem dos túmulos todos os que agiram ou testemunharam os fatos a serem evocados”. (HALBWACHS, 1994, p. 21). Assim como reviver alguém que morreu é algo impossível, refazer o passado de forma fiel também é. Bossi, em consonância com Halbwachs, entende a lembrança como um diamante na sua forma bruta, que não pode ser evocado sem trabalho ou reflexão, precisa ser lapidado e localizado no espaço e no tempo.

Na obra *A memória coletiva* (1990), Maurice Halbwachs reforça a ideia de Bossi quanto à importância da memoração dos velhos, de modo a afirmar que não são apenas os fatos, mas a maneira de ser e os modos de pensar que são guardados nas memórias destes indivíduos. É lamentável que muitas vezes não aproveitemos de tamanha riqueza, principalmente em contextos contemporâneos, que compreende *o velho*, de maneira estereotipada, como ultrapassado e antiquado.

Sobre a memória coletiva, expressão de seu conceito principal, Halbwachs entende que nossas lembranças permanecem coletivas mesmo quando tratam de acontecimentos que somente nós tenhamos vivido ou participado, pois, segundo o autor, nunca estamos verdadeiramente sós. (1990, p. 26). Os lugares por onde passamos, as relações que criamos e as impressões que temos não são únicas, outros as vivenciaram, e isso nos leva a crer que mesmo sem relação materializada teremos lembranças em comum com outros sujeitos. Diferente da história, a memória coletiva é uma corrente de pensamento contínuo, que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. (HALBWACHS, 1990. p. 81). Não é por má vontade que a memória de uma sociedade esquece parte de seu enredo: isso acontece quando o grupo que guardava esta lembrança também desaparece. Quando os mais velhos vão se tornando escassos ou deixam de existir, a memória por eles guardada também dissipa e, se em fragmentos for mantida, ela simplesmente se transforma, seguindo o fluxo conforme o grupo social que a incorpore. (HALBWACHS, 1990).

Parte dessas memórias são preservadas pela materialidade dos lugares, e muito de nós e dos outros é guardado em nosso entorno material. Um local ocupado por um grupo não é como um quadro negro, sobre o qual escrevemos e apagamos conforme nossa vontade. (HALBWACHS, 1990). Deixamos nossas marcas, e marcas também são deixadas em nós. Se um vínculo não houvesse sido criado, facilmente estes locais seriam postos abaixo. Embora isso possa acontecer mesmo com a existência de uma cultura ali localizada, quando um grupo reside muito tempo em um lugar, adaptando-o à suas necessidades, criam-se laços familiares que naturalmente o ligam ao lugar, fortalecendo relações sociais. (HALBWACHS, 1990).

Sobre a memória mantida a partir da materialidade dos lugares, Pierre Nora, em seu texto *Entre memória e história: a problemática dos lugares* (1993), nos apresenta os lugares de memória. Para Nora: "Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais". (1993, p. 14). O autor entende que, se vivêssemos as lembranças que estes locais envolvem, a existência desses espaços seria inútil. Existem locais de memória porque não há mais meios de memória. A essa espécie de esquecimento o autor acusará a aceleração promovida pela modernidade como principal responsável. Ainda segundo Nora (1993), se pudéssemos habitar nossa memória não teríamos que consagrar lugares. A velocidade em que que as coisas se alteram, a quantidade de fatos e dados produzidos, tudo isso acaba se perdendo no carrossel moderno. É como se esses lugares servissem para suprir paradigmas perdidos, trazendo espaços de identificação para os grupos sociais.

Acerca da história e memória, Nora julga que ambas sejam antagônicas. Visto que a memória é vida, sempre carregada por grupos vivos, ela evolui assim como os seus sujeitos; já a história é uma reconstrução problemática e incompleta daquilo que já não existe mais. Como a memória precisa estar ligada a um grupo vivo, ela é um fenômeno sempre atual, uma ligação entre o passado e o presente, já a história é apenas uma representação do passado. A memória emerge de um grupo, o define, o caracteriza, enquanto a história pertence a todos, mas de fato não é de ninguém. (NORA, 1993). Por mais diferente que sejam, memória e história estão diretamente ligadas, e tudo que entendemos hoje por memória tem relação com a história. Conforme a memória tradicional some, nos obrigamos a acumular vestígios, dados, documentos, materializar a memória por métodos da história:

> Em contrapartida, nossa sociedade, certamente arrancada de sua memória plena amplitude de mudanças, mas ainda obcecada por se compreender historicamente, está condenada a fazer do historiador um personagem cada vez mais central, por que nele se opera aquilo que ela gostaria, mas não pode dispensar: o historiador é aquele que impede a história de ser somente história. (NORA, 1993, p. 21).

Dessa maneira, o autor sugere uma interação entre memória e história, pois mesmo sendo dois instrumentos diferentes, permitem limitar e compreender de forma mais abrangente diferentes domínios. Se para Nora memória e história devem trabalhar juntas por um bem maior, podemos entender que os lugares de memória são fruto dessa relação, visto que a memória precisa de vestígios materiais que a sustentem e preservem. Talvez o mais significativo dos lugares seja a casa dos indivíduos, já que ela incorpora os três elementos que Nora acredita serem essências quanto à caracterização de lugares de memória. A casa é composta pelos

componentes material, funcional e simbólico, simultaneamente. Sobre este terceiro item iremos brevemente nos debruçar, utilizando principalmente de *A poética do espaço* (1958), de Gaston Bachelard.

Para Bachelard, a casa é um dos maiores poderes de integração para os pensamentos, os sonhos do homem e suas lembranças. E são as lembranças que o levam a moradas antigas, onde é possível viajar até algum lugar especial de sua infância, onde tudo permanecesse igual, imóvel. (BACHELARD, 1958). Cada canto, cada aposento, evoca lembranças únicas. O cheiro, o aspecto, a vista de fora, rememoram um tempo que já não existe mais, porém ainda permanece vivo, atual, paralisado em nossas lembranças. “Assim, a casa não vive somente o dia-a-dia, no fio de uma história, na narrativa de nossa história. Pelos sonhos, as diversas moradas de nossa vida se interpenetram e guardam os tesouros dos dias antigos”. (BACHELARD, 1958, p. 201). A casa, assim como o ventre da mãe, nos protege de perigos eminentes e nos acolhe, nos abraça, nos consola, nos dá segurança. Afinal, a nossa casa é o nosso canto no mundo. “A casa se apertou contra mim, como uma loba, e por momentos senti seu cheiro descer maternalmente até o coração. Ela foi realmente a minha mãe, naquela noite”. (BACHELARD, 1958, p. 226).

De acordo com Bachelard, a casa não é como um "objeto" sobre o qual pudéssemos fazer reagir julgamentos e devaneios. Alternativamente, é preciso que entendamos a casa como um espaço vital, em concordância com todas as dialéticas da vida. Essas dialéticas, por vezes complexas e confusas, são acolhidas e entendidas pela casa. Por serem tão significativos, esses espaços tão amados não querem ficar fechados! Eles se soltam. Diríamos que se transportam, facilmente, aliás, para outros tempos, para outros planos diferentes: dos sonhos e das lembranças. (BACHELARD, 1958). Para muitos restará apenas as lembranças, visto que a vida pode levar eles a migrar, porém a casa permanecerá na memória e os acompanhará aonde forem.

2.4 Patrimônio

Em uma tentativa de legalizar e materializar a discussão até aqui feita, localiza-se o conceito de patrimônio como uma memória quase nostálgica, uma ideia que vaga pelas vivências da memória. Françoise Choay apresenta patrimônio como categoria de pensamento na obra *Alegoria do patrimônio* (2011), que abrange o conceito para além da noção de propriedades hereditárias, complementando ainda com a concepção de “histórico”. (CHOAY, 2014, p. 11). Sobre isso, o autor (2001, p. 11) disserta:

> O patrimônio histórico significa: um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma

> diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos. Em nossa sociedade errante, constantemente transformada pela mobilidade e ubiguidade de seu presente, "patrimônio histórico" tornou-se uma das palavras-chave da tribo midiática. Ela remete a uma instituição e a uma mentalidade.

Assim, Choay nos apresenta breve e introdutoriamente a definição de patrimônio histórico, para além de uma simples herança passada de forma hereditária entre os membros de uma família, como uma acumulação de objetos que consagram um passado comum. Um passado em comum, não necessariamente coeso, mas que de certa maneira se torna ponto de ligação entre indivíduos de uma comunidade, construindo certa estabilidade e identidade.

Françoise Choay aborda uma categoria de patrimônio considerada de extrema importância, uma vez que afeta a vida de todas as pessoas: o patrimônio edificado. Embora no passado esse tipo de patrimônio pudesse ser confundido com monumento histórico, ao longo do tempo essas duas expressões deixaram de ser sinônimas. Enquanto o monumento é uma obra espontânea, seja auxiliar da rememoração ou da magnificência das localidades, o monumento histórico é produto de uma distinção artificial. (CHOAY, 2014, p. 17-25).

Nesse sentido:

> O monumento assemelha-se bastante a um universo cultural. Sob múltiplas formas, parece estar presente em todos os continentes e em quase todas as sociedades, quer elas possuam ou não escrita. O monumento, segundo os casos, recua as inscrições ou acolhe-as, tanto com parcimônia, como de forma liberal, por vezes até se cobrir com elas e estimular uma deriva em direcção a outras funções. (*Ibid.*, p 18).

O monumento tem por obrigação recordar e operar como uma defesa contra o trauma da existência, funcionando como uma garantia das origens, e as incertezas do princípio são acalmadas por sua quietude. (*Ibid.*, p. 17-18). Essa caracterização não se assemelha aos valores atribuídos para designar socialmente o monumento, que foca em simples valores estéticos e de prestígio social. Com o monumento nascem políticas relacionadas a todos os tipos de memória, inclusive as traumáticas. Este tipo de bem carrega consigo elementos e vivências de um passado que não deve ser esquecido.

Sobre isso a autora completa (*Ibid.*, p 26):

> Todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem que para isso tenha tido, na origem, uma destinação memorial. De modo inverso, cumpre lembrar que todo artefato humano pode ser deliberadamente investido de uma função memorial.

Sobre patrimônio, Françoise Choay o analisa ainda como sendo um bem ligado a estruturas familiares, o que entendemos por posse. Porém, discutir a questão do patrimônio

histórico engloba o papel da memória na construção social e de identidades coletivas, distanciando-se e, ao mesmo tempo, se confundindo com a noção propriedade herdada. Esse patrimônio se refere ao acumulado de uma sociedade, seus bens que remetem ao passado, resultados de interações e saberes. Contemporaneamente, a questão de políticas de proteção ao patrimônio tem tido mais destaque, mas, nos séculos XVI e XVII, os únicos grupos interessados nessa prática eram os antiquários. Esses profissionais não apenas guardavam objetos e outros fragmentos do passado, como também possuíam um verdadeiro dossiê com descrições e representações figuradas, e eram guiados pela certeza de que não adianta saber tudo sobre um assunto caso os costumes e vivências daquele povo em especifico não estejam localizados no tempo social. (CHOAY, 2011, p. 68).

De forma mais ampla, o interesse pela conservação de monumentos teria se iniciado na França Revolucionária. “Rucker conferiu ao conjunto de documentos publicados entre 1790 e 1795 com a finalidade de conservar e proteger os monumentos históricos”. (*Ibid.*, p. 95). Por conta da Revolução Francesa, mostrou-se necessário criar estratégias de preservação patrimonial, pois um certo vandalismo ideológico surgia entre os revolucionários que tinham por desejo apagar o passado e tudo que lembrasse o antigo regime. Iniciativas voltadas à conservação começam a ser colocadas em prática, e alguns bens particulares, como os pertencentes ao clero e à coroa, foram postos à disposição da nação. Os bens móveis seriam transferidos a depósitos e, posteriormente, expostos em museus, enquanto os bens imóveis seriam readaptados para uso integral da comunidade. Apesar de ser compreensível o desejo de uma maioria de apagar tudo o que remetesse a um período de exploração, a autora entende que, para romper com o passado, não necessariamente é preciso apagá-lo: a maneira mais eficaz de fazê-lo é por meios educacionais, como incentivar o uso da população desses bens, de forma a se sentirem pertencentes a essa história. “Não façamos tábula rasa do passado, pois dele nos vem uma herança a ser transmitida: ‘Conservai os monumentos das artes, das ciências e da razão [...] eles são o apanágio dos séculos e não sua propriedade particular’”. (HARTOG, 2013, p. 225).

O advento da era industrial ao longo do século XVIII foi de grande importância à valorização dos monumentos históricos. Uma mentalidade preservacionista se propagava em resposta aos sentimentos de perda provocados pela aceleração dos traços materiais que cercavam os indivíduos:

> A revolução industrial enquanto processo em desenvolvimento planetário concedia virtualmente ao conceito de monumento histórico uma conotação universal, aplicável à escala mundial. Enquanto processo irremediável, a industrialização do mundo contribuiu, por um lado, para generalizar e acelerar a legislação de proteção ao

> monumento histórico, e por outro lado, para fazer do restauro uma disciplina autônoma, solidário com os progressos da história da arte. (CHOAY, 2011, p. 137).

Françoise Choay aponta que a industrialização promoveu uma sensação de perda do passado, evidenciando a necessidade de proteção de monumentos e patrimônios, uma vez que as mudanças ocorridas nesse período chegaram à sociedade de maneira avassaladora e, se não fossem contidas, modificariam as estruturas e destruiriam referências históricas. A Revolução Industrial foi positiva no quesito de legislação de proteção ao patrimônio e rompeu com modelos tradicionais, desfazendo a hierarquia de valores atribuídos aos monumentos históricos e focando, pela primeira vez, em valores estéticos e sensíveis. (CHOAY, 2011, p. 136-137). Nesse contexto, a autora destaca duas doutrinas relativas à proteção patrimonial que ganham força, sendo a intervencionista que, como o próprio nome sugere, é relativa a intervenções corretivas, e a anti-intervencionista de caráter totalmente contrário. É citada, ainda, uma terceira doutrina capaz de englobar as duas primeiras, defendida pelo arquiteto italiano Camillo Boito (1835-1914), e que tinha por objetivo se apropriar e unir o melhor que cada uma das doutrinas tinha a oferecer, com intuito de proteger estes bens de uma maneira menos traumática.

Tão impactante quanto a Revolução Industrial e a Revolução Francesa foram as duas Grandes Guerras Mundiais do século XX, sendo talvez ainda mais devastadoras do ponto de vista referencial. Partes de uma história foram encerradas com a perda de cidades, patrimônios e vidas e, aos que restaram, sobrou um sentimento de reconstrução e uma nova investida às práticas de preservação. Desde a Revolução Francesa a legislação sobre patrimônio vem ganhando espaço e se fortalecendo, tentando acompanhar as mudanças sociais sem perder sua ligação com o passado.

Embora saibamos que as primeiras ações voltadas à salvaguarda do patrimônio ocorreram na Inglaterra e na França, essas foram apenas uma porta de entrada para um complexo emaranhado de cartas patrimoniais, leis e orientações sobre esse tema. A Carta de Atenas, produzida em 1931, é um importante documento que rege todos os outros quanto ao conceito de património e ações institucionais. Segundo Maria Evany do Nascimento (2014), o principal foco do documento foi o reconhecimento de uma ação interdisciplinar na conservação dos monumentos, além de determinar e atribuir ao Estado a responsabilidade de inventariar os seus bens.

A autora (2014, p. 133) complementa:

> Em termos gerais, de 1931 a 1999, foram ao todo trinta e sete encontros que resultaram em documentos oficiais. Destes, treze encontros aconteceram no Continente Americano, seis deles no Brasil: Brasília, 1970; Salvador, 1971; Petrópolis, 1987; Rio de Janeiro, 1990; Brasília, 1995; e Fortaleza, 1997. Em um levantamento quantitativo, os encontros tornaram-se mais intensos a partir dos anos 1970, pois em 1930 foram

> dois documentos; nos anos 1940 não houve, sendo realizado um encontro nos anos 1950; em 1960 foram cinco. A partir daí o grande número de reuniões: em 1970 foram dez; em 1980, nove e em 1990, também dez encontros que resultaram em documentos oficiais sobre o patrimônio.

As recomendações da Carta de Atenas forneceram as bases para a Carta de Veneza, produzida em 1964, que se destacou pois compreendia uma relação de dependência entre a conservação de monumentos e sua "função útil à sociedade". O monumento deveria assegurar que os testemunhos relevantes do passado não fossem apagados, de forma a privar as gerações futuras de conhecê-los.

Acerca disso, o site do IPHAN, (1964) menciona:

> Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo das suas tradições seculares, a humanidade, cada vez consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade.

Já em 1967 é realizada, em Quito, a "Reunião sobre a conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico". A situação de urgência dos bens e responsabilidades dos governos da América foram alguns dos tópicos dessa reunião (NASCIMENTO, 1994, p. 133), e o encontro marcou a primeira ocorrência de um evento dessa proporção na América Latina. Em 1977 foi a vez da Carta de Machu Picchu propor uma revisão e ampliação de alguns conceitos da Carta de Atenas, e, no começo dos anos 1980, dois encontros no México resultaram nos documentos da Declaração de Tlaxcala, em 1982, e na Declaração do México, em 1985, novamente colocando a América Latina na centralidade dos interesses destas convenções. (NASCIMENTO, 2014, p 135).

Já se discutia sobre a salvaguarda de patrimônio no Brasil desde o século XVIII, porém as políticas públicas da época eram elitistas e restritivas. De fato, foi na década de 20 que medidas protecionistas entraram no discurso nacional, como consequência das ameaças proporcionadas pelas reformas urbanas. O Governo Vargas ficou caracterizado pela centralização e nacionalismo intervencionista, pautando entre suas propostas fundamentais a ideia de um novo brasileiro, mais patriota e mais trabalhador. (POULOT, 2012). Em 1937, Getúlio Vargas, com orientações modernistas, institucionalizou o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que posteriormente seria renomeado para IPHAN, como um órgão responsável por "uma política de preservação no Brasil sob os ideais nacionalistas, com a centralização das decisões nas mãos do Estado e a valorização da arquitetura inspirada no modelo francês". (PEREIRA, 2015, p. 36).

Ao SPHAN:

> Foi atribuída a finalidade de implantar, gerir e reproduzir uma forma de poder de Estado, com suas técnicas (práticas administrativas), normas e leis, constituídas e constituintes de uma dada forma de proteção o que seria denominado patrimônio histórico e artístico nacional. (CHUVA, 1998, p. 147).

A criação do SPHAN reafirmaria a relevância da produção cultural brasileira por meio do ato de tombamento de edificações históricas. O decreto lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, foi a primeira norma jurídica brasileira a dispor acerca da limitação administrativa ao direito de propriedade, criando o instituto do tombamento. (CHUVA, 2009, p. 147). Entre as décadas de 1930 e 1960, o Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro foi compreendido como conjunto de móveis e imóveis excepcionais e monumentais, e na Constituição de 1988, no artigo 216, acrescentava os bens de natureza material e imaterial, além de conjuntos urbanos e sítios arqueológicos. (VOLPATO, 2020, p. 21).

> Artigo 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
> I – As formas de expressão;
> II – Os modos de criar, fazer e viver;
> III – As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> IV – As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
> V – Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

Em 1970, o Brasil recebeu dois encontros de salvaguarda internacionais que resultaram em dois documentos:

> No começo dos anos 1970, dois encontros foram realizados no Brasil, dando origem a dois documentos: Compromisso de Brasília, que foi o "1º Encontro dos governadores de Estado, secretários estaduais da área cultural, prefeitos de municípios interessados, presidentes de e representantes de instituições culturais", realizado em 1970; e o Compromisso de Salvador, "II Encontro de governadores para preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil", de 1971. O texto do Compromisso de Brasília fez um resumo das recomendações expostas em Cartas Patrimoniais anteriores, enfatizando a responsabilidade de governos e secretarias (estados e municípios) com a conservação, preservação, catalogação e políticas educativas dos bens culturais. Determinou também a criação de órgãos de defesa onde ainda não existiam, em conformidade com os Conselhos Estaduais de Cultura. (NASCIMENTO, 2014. p. 134).

Esses encontros, além de discutirem especificações educativas sobre arte e patrimônio, também favoreceram a criação do Ministério da Cultura no Brasil, visando a valorização econômica do patrimônio pelo incremento do turismo. Com a Constituição de 1988, o

conhecimento sobre patrimônio se ampliou, e o entendimento de patrimônio cultural se consolidou. Sobre esse novo entendimento sobre bem cultural, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) passou de um discurso patrimonial para uma concepção de patrimônio enquanto conjunto de bens culturais referente às identidades coletivas. (VOLPATO, 2020, p. 21). Em relação ao patrimônio cultural, é importante compreender que ele está presente em todos os lugares, tudo que faz parte do cotidiano, dos valores, dos modos de fazer e viver de uma sociedade o contemplam.

Patrimônio, em todas as suas múltiplas facetas, é um bem que representa todos, porém nem todos são representados por eles. Por mais que as discussões e legislações sobre o tema tenham avançado nas últimas décadas, o patrimônio protegido, quase que unanimemente, continua sendo aquele que representa valores hierárquicos. Repensar o patrimônio como representação social se faz ainda mais necessário, principalmente quando alguns bens e culturas ainda são considerados “superiores” a outros.

As relações de patrimônio e memória podem ser melhor entendidas quando compreendemos a maneira pela qual uma sociedade se relaciona com o tempo. François Hartog, em *Regime de historicidade* (2013), se debruça sobre esse tema e explica de que maneira esse vínculo afeta nossa percepção. Formulada na contemporaneidade, o regime de historicidade permite questionamentos sobre a relação do indivíduo com o tempo, com a memória e com seu patrimônio. E essas relações, principalmente com o passado, se tornam urgentes e presentes, evitando esquecimento e não permitindo desligamentos com o que já foi vivido. Desta maneira, reforça a ideia de que os acontecimentos não se produzem mais somente no tempo, mas através dele: o tempo torna-se ator, se não o Ator.

> Aliás, um regime de historicidade nunca foi uma entidade metafísica, caída do céu e de alcance universal. É apenas a expressão de uma ordem dominante do tempo. Tramado por diferentes regimes de temporalidade, ele é, concluindo, uma maneira de traduzir e de ordenar experiências do tempo - modos de articular passado, presente e futuro - e de dar-lhes sentido. (HARTOG, 2013, p.139).

Segundo Hartog (2013), em uma ou em várias sociedades, os vários modos de historicidade se diferem, isto é, são diferentes as maneiras de viver e de pensar essa historicidade e de servir-se dela, os modos de articular passado, presente e futuro: seus regimes de historicidade. Essa relação entre o passado e o presente não é uma relação hierárquica, o passado não dita regras e nem é ultrapassado. Nesse cenário, o tempo determina as diretrizes, e elas ecoam de maneira diferente em cada sociedade.

3 NAS MARGENS DA HISTÓRIA

Ao nos reportarmos às sociedades mais antigas que se tem estudos, presenciamos uma comum relação com a água. Margeando litorais ou rios, as civilizações se desenvolveram de maneiras distintas e muitas vezes complexas, retirando da água aquilo que lhe era necessário para a vida. Crescentes férteis dos rios Tigre e Eufrates, Egito com Nilo, Índia com Ganges e Indo, China e o Rio Amarelo são exemplos comuns e tradicionais de sociedades que conseguiram compreender a dinâmica dos rios e usá-la a seu favor, em benefício de sua sobrevivência. Conforme descrito por Da Silva (1998, p. 26)

> Os primeiros documentos escritos da humanidade, obra dos sumérios de aproximadamente 4.000 a.C. continham instruções sobre a irrigação de lavouras dispostas em terraços. Na civilização egípcia, o fluxo do Nilo era controlado por meio de um dispositivo administrativo, gerindo as relações entre as partes à montante e à jusante do rio, e projetando os níveis d'água durante os períodos anuais.

Como mencionado anteriormente, as sociedades citadas acima são exemplos corriqueiros quando tratado o assunto, porém, outros povos e pequenas sociedades, talvez menos citadas e conhecidas, também utilizaram desse recurso em benefício próprio e foram bem-sucedidas. A fixação de sociedades costeando rios e litorais se tornou uma necessidade comum, pois além do abastecimento de água essencial à subsistência, esses cursos d'agua eram importantes para deslocamentos e navegações de produtos e pessoas. De acordo com Kayser e Waismann (2021, p. 2):

> Os benefícios da localização da cidade às margens do rio não se limitaram apenas ao acesso à água potável. A presença do rio cresceu gradualmente em importância como um corredor de transporte, uma fonte de energia para muitos ramos da manufatura urbana e, finalmente, tornou-se um importante fator na consolidação da morfologia da cidade.

As distâncias aos poucos foram sendo diminuídas, ao mesmo tempo que a noção de mundo era expandida. Meios de transportes aquáticos se aprimoraram, permitindo homens, mulheres e crianças a alcançarem lugares antes inimagináveis, de forma a possibilitar que culturas desconhecidas cruzem seus saberes, refazendo a compreensão de espaço ao longo do tempo. A dinâmica social que se organizou em torno de rios, lagos, lagoas e no litoral de oceanos permitiu ao ser humano novas perspectivas de vida e a compreensão ou conhecimento do novo. Por apresentarem grande importância, esses corpos d'água também eram (e ainda são) disputados, de forma que ocorressem guerras e conflitos por permanência ou conquista dessas áreas específicas. Pontos estratégicos, localização privilegiada e entrepostos comerciais: tudo isso entrava em jogo quando o assunto era dominação destas regiões. Ao mesmo tempo, a escassez destes recursos, os períodos de seca e os desequilíbrios ambientais colocavam em

xeque a permanência de lideranças e de estruturas sociais, políticas e religiosas. A água era (e ainda é) um bem, e sua dominação representava poder também por sua significação sagrada, que entendia a sua ausência ou insuficiência como castigo ou descontentamento das divindades. Esse novo olhar sobre o mundo se deu a partir de relações exploratórias, e quanto mais se descobria, mais se desejava. A ambição moveu sociedades a cruzarem oceanos, explorarem seus semelhantes e seus recursos. Segundo Bacci e Pataca (2008, p. 211):

> Na sociedade em que vivemos, a água passou a ser vista como recurso hídrico e não mais como um bem natural, disponível para a existência humana e das demais espécies. Passamos a usá-la indiscriminadamente, encontrando sempre novos usos, sem avaliar as conseqüências ambientais em relação à quantidade e qualidade da água.

Ao longo do tempo e conforme variavam as dinâmicas sociais, a água foi incorporando novas atribuições. Em períodos pré-capitalistas em que a terra é desassociada do poder e a água se torna um bem, tudo o que há sobre ela se torna uma mercadoria, podendo ser comprada, vendida e negociada. Gerar capital se torna ponto fundamental para o desenvolvimento econômico. E de que maneira, além do próprio mercantilismo, que a água pode contribuir nessa empreitada? Sistemas movidos pela força proporcionada, como moagens, engenhos e manufaturas, se tornam comuns e impulsionam uma produção cada vez maior, excedendo necessidades básicas e se tornando moeda de troca. Em períodos industriais, a água abasteceu produções, nutriu empresas e enriqueceu classes sociais em uma velocidade jamais vista, e na mesma urgência foi poluída com as mais simples desculpas de progresso. Segundo Melo (2005, p. 4), “os rios foram sendo paulatinamente deteriorados, através do processo de urbanização das cidades, como resultado das relações estabelecidas entre o homem e esse elemento natural, em vários momentos histórico”. Hoje, a água ainda é um bem disputado, desejado e necessário, de importância ímpar, tanto que já sentimos os reflexos negativos do seu mau uso.

3.1 O Rio Urussanga

Esses enlaces e entraves são uma realidade cruel aos cursos d’água doce de nosso planeta, o que varia de nascentes e pequenos amontoados de água a rios de centenas ou milhares de quilômetros de extensão. O rio Urussanga, que por muito tempo correu limpo entre seu meio, hoje desemboca, poluído, morto, no mar, numa mistura ácida e mórbida que nada acrescenta a quem lhe margeia. Assim como tantos outros cursos d’água, o rio Urussanga sofreu com a ação humana, que de maneira imediatista, pensou apenas em lucros momentâneos, esquecendo-se de que não se “come ou bebe” carvão. A exploração do carvão, tão comum na região sul do Brasil,

poluiu por vezes de maneira irreversível rios e nascentes, que não poderão voltar a seu estado natural e que nunca serão apreciados e aproveitados de maneira integra pelas gerações presentes e futuras.

> A concentração de empresas mineradoras contribui decisivamente para a poluição generalizada. Observa-se a ocorrência de degradação das águas desde a nascente (cabeceira) até a foz. Face a isto, as águas de Urussanga, em sua grande maioria, caracterizam-se como impróprias para o consumo humano, apresentando também restrições para outras atividades, incluindo irrigação. (PREFEITURA DE URUSSANGA, 2018).

Essas questões nos fazem refletir e questionar nossas ações como sujeitos, nossa colonização e a maneira pela qual escolhemos empreender. A mineração não foi a única conjuntura a deixar sequelas negativas nas águas do rio Urussanga, visto que as práticas agrícolas, industriais e o próprio meio urbano porventura também o fizeram. As aplicações que o rio teve, principalmente ao longo da sua colonização, refletem o que ele é hoje. Segundo Milioli (2007) a tradição neoclássica que privilegia somente o econômico imprimiu marcas profundas nos ecossistemas, afetando, dessa forma, a biodiversidade e a qualidade de vida das populações humanas.

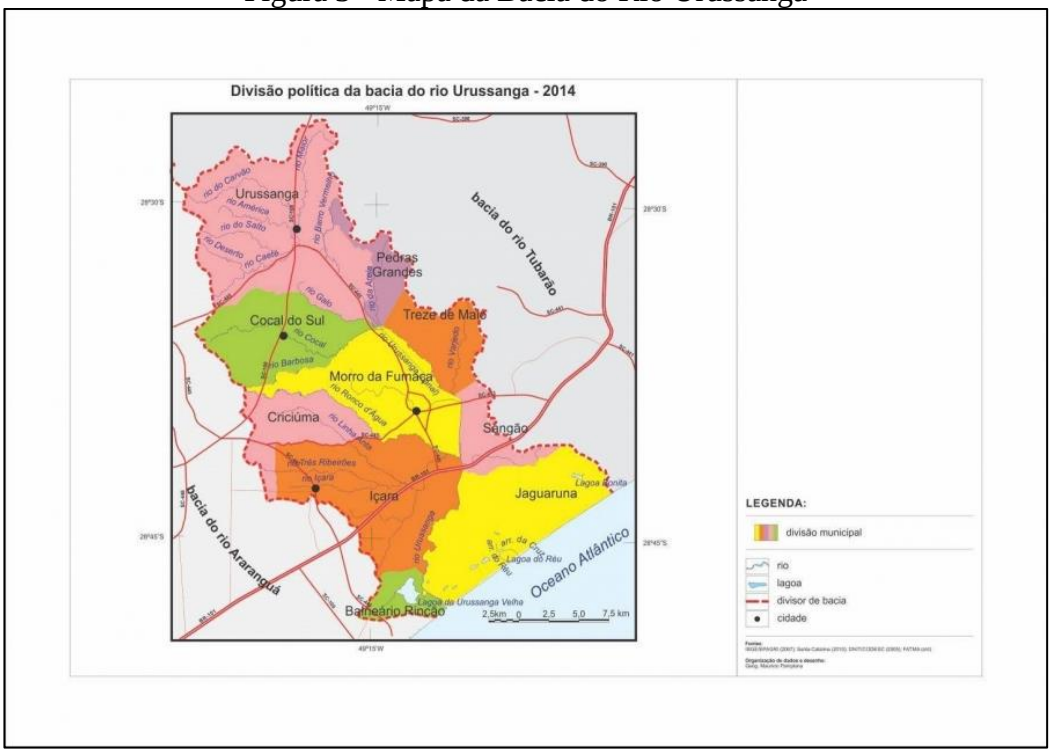
Se nos dias presentes suas águas são inóspitas, no passado não tão distante abasteceram, alimentaram e refrescaram quem vivia ou passava por suas margens. O rio ainda proporcionou momentos e memórias a quem ali viveu ou apenas lhe contemplou, recebendo atribuições e significados diversos, mesmo por vezes ocupando as mesmas temporalidades. Isso é possível pois cada sujeito ou grupo habita em si olhares únicos e noções de importâncias diferentes para o mesmo fato ou acontecimento.

A bacia do rio Urussanga está localizada no Extremo Sul Catarinense, ao norte da bacia do rio Araranguá, entre as coordenadas 28°48'72" e 28°26'19" de longitude sul e 49°02'67" e 49°24"94" de latitude oeste, conforme descrito pelo SIRHIESC (Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos do Estado de Santa Catarina). O rio Urussanga se forma na confluência dos rios Maior e Carvão, em um encontro de águas limpas com o resultado da exploração mineradora, sendo que as nascentes de ambos se originam na encosta Serra Geral, percorrendo um caminho por entre 10 municípios (Figura 04), até silenciosamente desembocar no mar.

Figura 2 - Encontro dos Rios Maior e Rio Carvão

Fonte: Sérgio Maestrelli (2020).

Figura 3 - Mapa da Bacia do Rio Urussanga



Fonte: SIRHIESC.

Por esse trajeto o rio sofre os mais diferentes tipos de poluição, segundo Cittadin (2014), e as contaminações têm origens diversas, sendo antrópicas, como esgotos, lixos domésticos e industriais, efluentes da mineração de carvão e pirita; e consequências da prática agrícola por conta dos agrotóxicos, extração de argila e fluorita, além da agropecuária. Segundo Baptista e

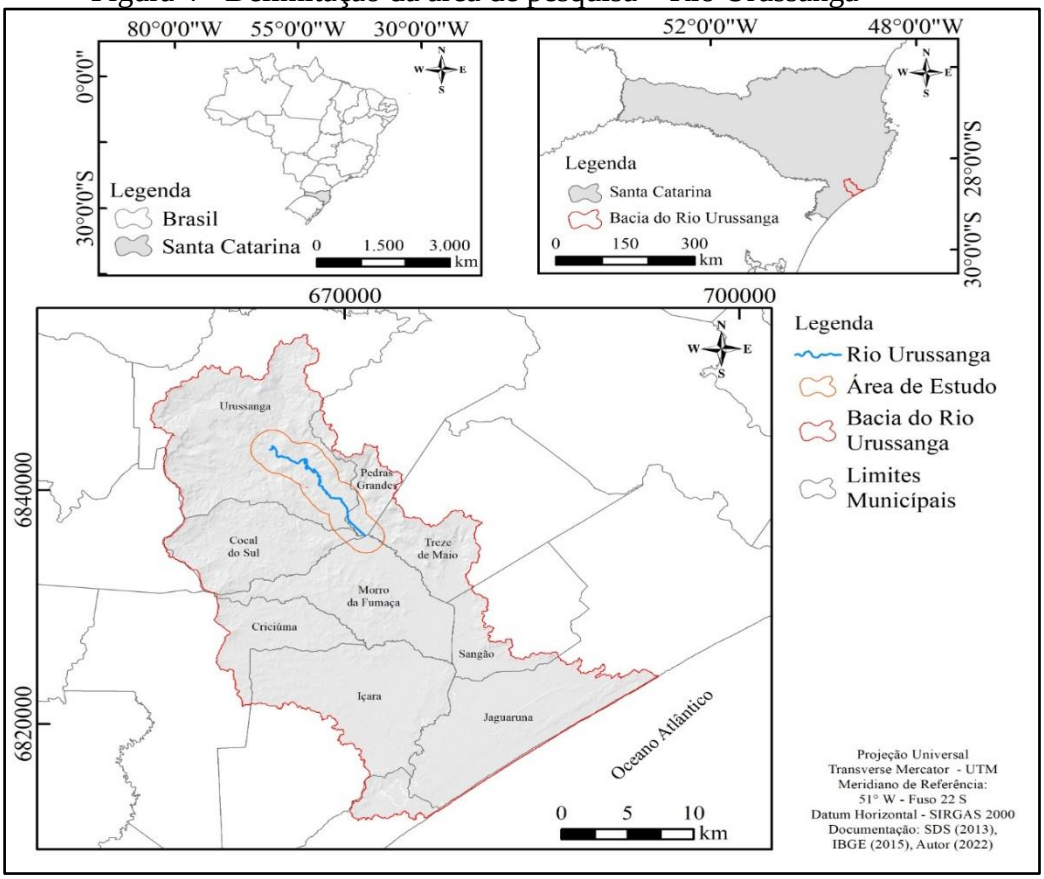
Cardoso (2013, p.133), “no tocante à qualidade das águas, o aumento da carga orgânica e de poluentes reduz, substancialmente, a biodiversidade e a potencialidade de seus usos múltiplos”. A degradação das águas do rio Urussanga ocorreu por conta dos modelos econômicos escolhidos pelos municípios que cortam sua bacia.

As populações que o margearam não deixaram somente sujidades e impurezas em suas águas. O caminhar do rio também acompanhou diversas histórias e realidades, conflitos e imigrações, emolduradas e eternizadas em sua beira. Por esse curto e ao mesmo tempo longo trajeto de 42km, o rio Urussanga foi personagem importante de diversos enredos. Por apresentar tamanha complexidade de fatos, que caberiam maiores desdobramentos, nos pautamos nas margens que costeiam a cidade de Urussanga, em especial a zona rural.

3.2 Rio Urussanga e seus muitos atravessamentos

O rio, que já teve águas cristalinas, carrega em seu nome uma herança cultural muito importante. O nome era *Yroiçanga*, ou “Águas muito frias”, como mencionavam os Laklãno Xokleng, (grupo pertencente à família linguística Jê, parte do tronco Macro-Jê), que habitavam essas redondezas muito antes da chegada dos colonizadores. No mapa abaixo, observamos sua delimitação dentro do município de Urussanga, cidade que foi nomeada em sua homenagem.

Figura 4 - Delimitação da área de pesquisa – Rio Urussanga



Fonte: Acervo da autora.

Como já mencionavam os povos originários, muito frias são suas águas, e essa característica tão marcante se dá por conta dos seus afluentes nascerem ao "pé" da serra, sendo talvez a única particularidade que se manteve até o tempo presente. Esse ponto tão notável de suas águas refrescava dias escaldantes de verão, proporcionando lazer e alívio às pessoas. Além dos povos indígenas que já o conheciam muito bem, uma população recém-instalada também usufruía dos privilégios proporcionados pelo rio, buscando na natureza o descanso e a distração dos dias de trabalho. Os rios, além de irrigar a plantação e oferecer alimento, também eram pontos de ligação, lugares referenciais de encontro e diversão. Finais de semana, em especial o domingo, era o dia perfeito para reunir a família e os amigos às suas margens, e qualquer objeto que boiasse servia de entretenimento, o que variava de troncos de bananeira a balsas mais elaboradas.

As viagens ultramarinas, zoonoses, mudanças climáticas e os ambiente de trabalho, somadas às condições de saúde *a priori* dos imigrantes, traziam mazelas e adoecimentos constantes à população. Como mencionado por Maestrelli (2020), ainda nos primórdios da colonização de Urussanga, por volta de 1880, a região foi tomada pelo desespero. Febre, calafrios e até morte em alguns casos, provenientes de algo desconhecido, tiravam o sono da

população. As águas do Rio Urussanga, assim como de seus afluentes, serviram como uma espécie de antídoto aos adoentados. Os enfermos, mesmo no inverno, eram banhados em suas águas frias, restabelecendo a saúde posteriormente. A fama proporcionada pela cura das patologias se espalhou, proporcionando ao Rio Urussanga respeito concedido ao sagrado. Suas águas somadas às bênçãos concedidas pela igreja favoreciam um imaginário de dádivas e graças. Segundo o Comitê da Bacia do Rio Urussanga, o rio foi para muitos a tábua de salvação, transformando-se no rio Jordão bíblico, no rio Ganges, o rio sagrado da Índia, por tamanha crença sobre seu poder de cura.

Urussanga, historicamente colonizada por imigrantes europeus, principalmente oriundos da Itália, utilizaram do Rio Urussanga para as suas diversas atividades econômicas. As práticas de agricultura familiar ali produzidas, no princípio, visavam quase que exclusivamente a alimentação de seus próprios praticantes, e, assim, roças domésticas nos fundos das residências ganharam tamanho a ponto de se transformarem em fartas plantações. Mas, antes disso, para que o espaço onde as plantações ocupariam fosse desenvolvido, foi necessário derrubar áreas de floresta, e então árvores nativas foram literalmente botadas "abaixo". A sequência do procedimento se dava dias após o corte, quando se ateava fogo, assemelhando-se a um sistema quase medieval, como mencionou Marzano (1985), pois ainda não se tinham meios de aproveitar a madeira abatida. "As cinzas das árvores e arbustos incendiados formavam uma camada de adubo, tal que, por quatro ou cinco anos, o solo produzia sem mão-de-obra". (MARZANO, 1985, p. 134). Dessa maneira, o trabalho com o manejo da terra era menos árduo, possibilitando a tentativa de plantio de culturas diferentes. O milho era o cultivo mais prospero e lucrativo: suas mudas cresciam com força e tamanho, e após as secas as espigas eram despalhadas e transformadas em farinha, que era a base da alimentação, visto que a polenta tinha papel importante nas refeições do cotidiano familiar.

Embora outros gêneros alimentícios fossem plantados, alguns com mais sucesso que outros, em Urussanga se destacaram as plantações de videiras. Mesmo com clima diferente do seu habitual, foi possível que o colono italiano cultivasse aqui no Brasil suas parreiras de maneira semelhante ao que fazia no seu país de origem. Entendendo o clima da região, e utilizando deles a seu favor, o colono pôde produzir vinho e vinagre. A princípio desafiando seus saberes cotidianos, um vinho descolorido e fraco em teor alcóolico foi produzido, mas que com o decorrer do tempo e com devido aprimoramento da técnica, alcançou o estado de produto final e se tornou marca registrada da cidade. O trabalho dedicado às plantações somente deram resultado pois era abastecido com a água dos rios locais, o que inclui o Rio Urussanga, e se

tornava evidente entender a dinâmica das cheias para construir diques e canais, utilizando desses recursos da maneira mais eficiente para o momento vivido.

Conforme o tempo foi passando, suas águas foram tomadas para outras finalidades. Serrarias, ferrarias, atafonas e engenhos eram movidos pela força motora gerada pelo rio. A potência da água facilitava o trabalho que antes era braçal, e máquinas engenhosas para a época moviam e moíam milho e mandioca, transformando-os em farinhas que serviriam como base da alimentação e, atualmente, como inspiração para as gastronomias locais. Por serem numerosas, as árvores eram cortadas e beneficiadas em serrarias hidráulicas, que posteriormente eram utilizadas na construção de objetos, mobílias e residências. As primeiras construções, como citado pelo IPHAN (2011), foram os ranchos provisórios, construídos toscamente para abrigar a família ou seus membros mais aptos à dura tarefa de desmatar os lotes e providenciar os primeiros cultivos. Quando as condições se tornaram mais favoráveis, foi possível a construção de casas permanentes, que aproveitavam a matéria-prima oferecida na região.

Residências foram se tornando numerosas, ocupando o centro da cidade, em torno de sua praça e igreja matriz, mas também margeando os rios locais. O rio Urussanga perpassa boa parte do município, sendo assim, é de se esperar que tenha sido ocupado e posteriormente habitado ao longo do processo de colonização da região. A maioria dos registros aponta que a colonização original se deu inicialmente pela área central, na localidade de Rancho dos Bugres, próximos aos rios do interior do município, inclusive afluentes do rio Urussanga. Sobre o rio principal, Escaravaco (1984) menciona que, ao leste do núcleo central, na localidade de São Pedro, foram aproveitadas as margens do rio Urussanga para assentamento de algumas famílias que chegavam, sendo essas as únicas informações encontradas sobre a colonização da margem deste rio.

3.3 Bens Residências as margens do Rio Urussanga

Em saídas de campo realizadas ainda no início da pesquisa foi possível perceber nitidamente uma quantidade significativa de residências coloniais margeando as águas do rio Urussanga. Existem muitas pesquisas que demostram a importância das águas e seu processo de depredação e poluição sofrido, além de estudos que descrevem a colonização do município, mas ainda sem tratar da questão de como esses espaços foram ocupados. Dentre os trabalhos de cunho ambiental sobre o rio Urussanga podemos mencionar o estudo sobre a Bacia Hidrográfica

do Rio Urussanga e a formação jurídica ambiental, de Paulo Roberto Cittadin (2014), intitulado *Bacia hidrográfica do Rio Urussanga, Sul de Santa Catarina: realidade socioambiental e evolução histórica na formação do arcabouço jurídico hídrico brasileiro*; o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Urussanga (2019); o artigo *As dinâmicas de poder na apropriação dos recursos hídricos: estudo de caso da bacia hidrográfica do rio Urussanga, SC*, de autoria de José Carlos Virtuoso, Carlyle Torres Bezerra de Menezes e Viviani Kraieski Assunção, (2020); além do Regimento Interno Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Urussanga, aprovado em 2009; entre outros.

O rio Urussanga, pela fertilidade de suas águas e extensão de sua área, que corresponde hoje a alguns municípios, participou ativamente do contexto de colonização da região – então por que são feitas poucas menções quanto ao processo de habitação e colonização neste local?

Em um segundo momento da pesquisa, quando foi necessário registrar a localização espacial e as fotografias das residências, foi possível apreciar a riqueza material guardada às margens do rio. Casarões do final do século XIX, do início e meio do século passado, em condições habitáveis, mantidos com zelo por seus residentes, contrastam com ruínas daquilo que já foi o lugar de alguém no mundo. Muitas histórias costuradas ao longo do tempo, guardadas apenas na memória ou em fotos nas paredes. Casas de madeira escurecida pela idade, cortadas em toras de forma manual, ou outras ainda tão antigas quanto as anteriores, porém com melhor acabamento, com tábuas serradas em serrarias, que aos poucos se espalhavam pela região. Segundo De Luca e Santiago (2011, p.53):

> A existência de técnicas construtivas distintas das produzidas no país de demonstram a adaptação do imigrante a nova realidade encontrada. Embora alguns historiadores tenham valorizado muito as construções em pedra por manterem um vínculo direto com o país de origem, a nós nos parece que as construções de tábua são bem mais significativas, por expressarem verdadeiramente a adaptação do imigrante ao novo meio.

Figura 5 - Residência em madeira – Bairro de Villa

Fonte: Acervo da autora.

Figura 6 - Interior da residência em madeira

Fonte: Acervo da autora.

Figura 7 - Residência em madeira – Av. Longarone

Fonte: Acervo da autora.

A diversidade e abundância de madeira na região facilitou o acesso a matéria-prima, e logo casarões construídos com esse material se tornaram abundantes. Resistentes ao tempo e às adversidades, os casarões de madeira parecem completar a paisagem rural que os cerca, como se estivesse ali desde sempre, recebendo reconhecimento de pertencimento pelo próprio meio em que estão inseridos.

Como mencionado por documentos oficiais do IPHAN (2011, p. 138):

> A madeira utilizada nas construções era local e proveniente da floresta Atlântica. Nos primeiros tempos, a madeira muitas vezes era retirada do próprio lote onde se pretendia construir. A floresta original era rica em espécies, apresentando fartas alternativas para uso na construção civil, na confecção de instrumentos de trabalho, na marcenaria e na carpintaria.

Outro elemento natural em abundância na região eram as pedras. Essas exigiam pouca manutenção, eram utilizadas nas fundações, nos muros e na construção das paredes. Muito expressivas, dramáticas e resistentes ao tempo, as casas construídas com pedras asseguravam a permanência da arquitetura europeia em terras brasileiras, além de oferecer segurança e abrigo aos colonos. Muitas construções mesclavam materiais diferentes, provocando ao construtor outros panoramas que o permitiam somar seu conhecimento consolidado com o novo. Além das casas, o uso das pedras também era empregado na pavimentação de ruas e de espaços residenciais internos.

Figura 8 - Residência em Pedra – Bairro de Villa

Fonte: Acervo da autora.

Com o advento das cerâmicas, a utilização de tijolos nas construções conquistou o gosto popular. Casas de alvenaria tornaram-se comuns, em especial aquelas com tijolos rebocados. Além de se inspirarem em moldes europeus, o modelo de residência de alvenaria rebocava, mostrava o quão urbano e moderno estavam se tornando os padrões da sociedade. Esse padrão se espalhou pelas mais diversas regiões, o que inclui as zonas rurais, substituindo praticamente todos os modelos precedentes. Segundo IPHAN (2011, p. 154):

> Depois de 1930, as casas rebocadas tornaram-se ainda mais comuns em todas as áreas de imigrantes, especialmente nos modelos urbanos. Com o advento do art déco tornaram-se absolutas, até o surgimento do concreto armado e de novas soluções plásticas e estruturais.

Figura 9 - Residência em tijolos revestidos – Bairro São Pedro

Fonte: Acervo da autora.

Figura 10 - Construção em tijolos revestidos – Bairro São Pedro

Fonte: Acervo da autora.

Independente da maneira ou matéria-prima em que foram concebidas, essas residências carregam muito mais do que demonstram. O peso do tempo não foi gentil com algumas delas, o que não diminui em nada seu valor histórico. O imaginário que nos cerca quando vislumbramos essas construções está carregado de dúvidas, especulações e questionamentos, dada a nossa natureza imaginativa e curiosa. Porém, ao trabalharmos nosso olhar de maneira mais elaborada, torna-se evidente que aqueles lugares carregam parte da história do local e de seus próprios residentes, passados ou contemporâneos, e essas histórias não deveriam se perder com a ação do tempo. As narrativas que permanecem por vezes guardadas nos fazem questionar o fato de que além de se localizar às margens do rio, essas construções evidenciem quem está à margem da história. Histórias e memórias que muito contribuiriam e enriqueceriam com o que já se sabe sobre o município seguem esquecidas.

3.4 Urussanga – colonização e Patrimônio

Urussanga é uma cidade de colonização majoritariamente italiana, o que significa que essa cultura europeia foi difundida em forma de discurso e está encrustada em dialetos, técnicas de cultivo e preparo de alimentos, tendo ainda mais destaque nas festas típicas, como a Festa do Vinho, *Ritorno Alle Origini*, além de acordos e relações de amizade com cidades italianas, o *Gememllaggio*, em especial com sua cidade irmã *Longarone*, na Itália. De acordo com Rocha e Cardoso (2021, p. 10):

> Essas ações e comemorações em torno de uma identidade étnica vêm sendo constantemente revisitadas na cidade, contribuindo para a construção de "lugares de memórias", que buscam no passado os vínculos para solidificar os ideais do presente, além de, promoverem intensos conflitos.

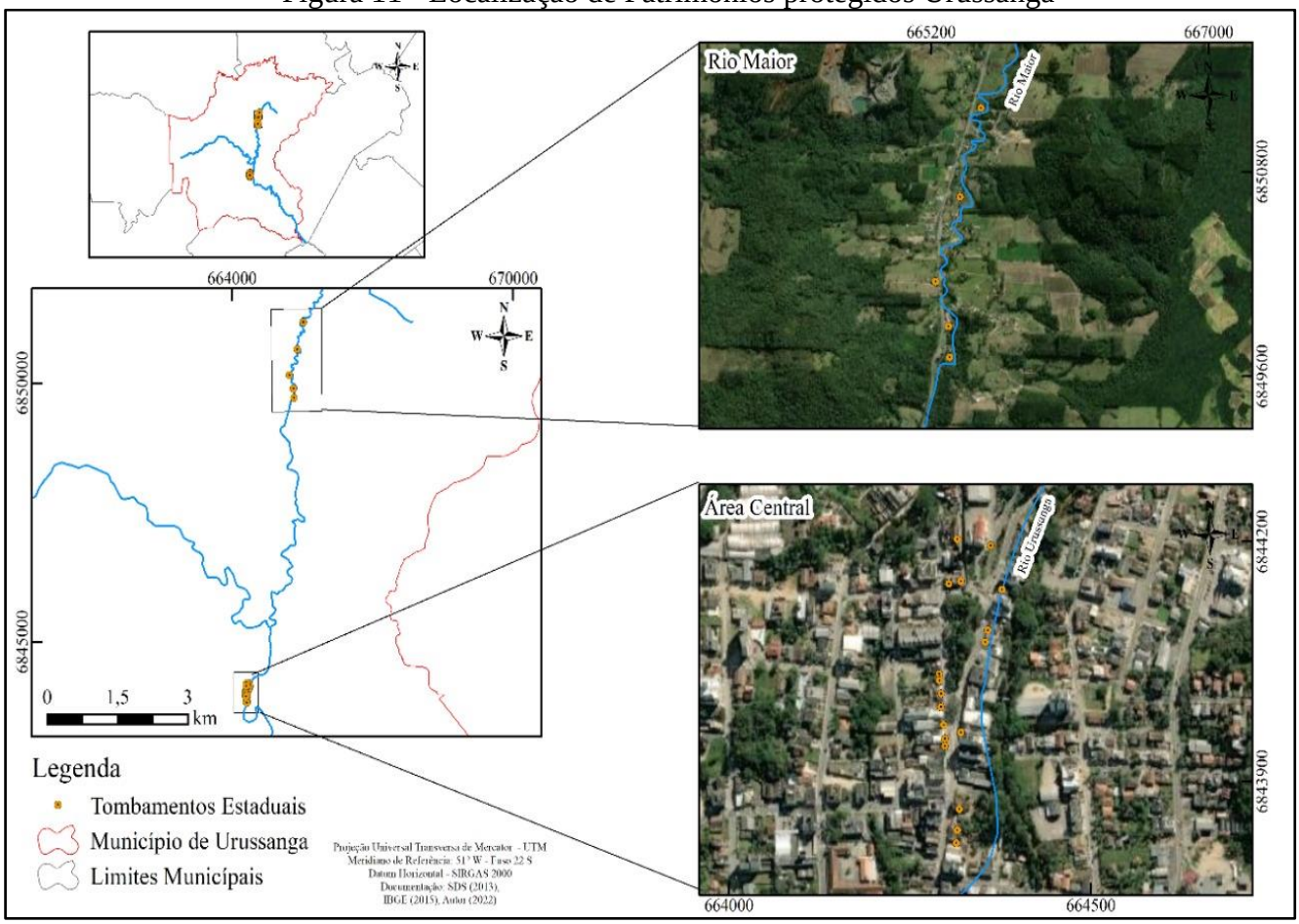
Lugares de memória, como destacado por Nora (1993), "são antes de tudo restos", viajantes do tempo, de algo que já não existe mais. Vivenciar memórias e criar identidades nos permite manter vivo o que resta do passado, revisitá-lo e resignificá-lo, tornando-o presente e natural no mundo contemporâneo. A cidade por si só já guarda marcas e cicatrizes em suas ruas e construções, que ficam cada vez menos evidentes e interessantes no ritmo de vida que levamos, e, segundo Areválo (2005, p. 10), "a dinâmica da sociedade de massas parece estar sempre em ruptura com o passado". Porém, de forma natural ou forjada, alguns grupos sociais decidem por materializar e "imortalizar" seus bens, a fim de preservar memórias e identidades. Em Urussanga, por meio de tombamentos estaduais e federais, foi possível preservar de forma

material alguns marcadores identitários da colonização da cidade, em especial de grupos sociais favorecidos.

A cidade conta com um vasto conjunto de edificações tombadas, sendo 24 no total, em que 18 estão localizadas na área central da cidade e as outras seis em área rural. Sobre isso, De Lucca e Santiago (2020 p. 5) comentam:

> O patrimônio arquitetônico de Urussanga foi tombado pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC), sendo que os processos de tombamentos tiveram início no ano de 1994 e foram homologados em 2001. Atualmente, Urussanga conta com 18 edificações tombadas na zona urbana central, todas no entorno da Praça Anita Garibaldi, e outras 6 edificações na zona rural.

Figura 11 - Localização de Patrimônios protegidos Urussanga



Fonte: Acervo da autora.

Para que os tombamentos fossem possíveis, foram necessárias análises da morfologia urbana na sua totalidade. Porém, para que o resguardo e a salvaguarda sejam permanentes, é necessária uma ação local de preservação. O plano diretor de Urussanga instituído oficialmente como Lei Complementar número 08/2008 de 1ª de julho de 2008 tem interesse e preocupação com seus bens patrimoniais tombados, visto que eles colaboram com a arrecadação de alguns

setores econômicos do município, tais como o turismo. Sobre isso, o Plano Diretor de Urussanga (2008) menciona:

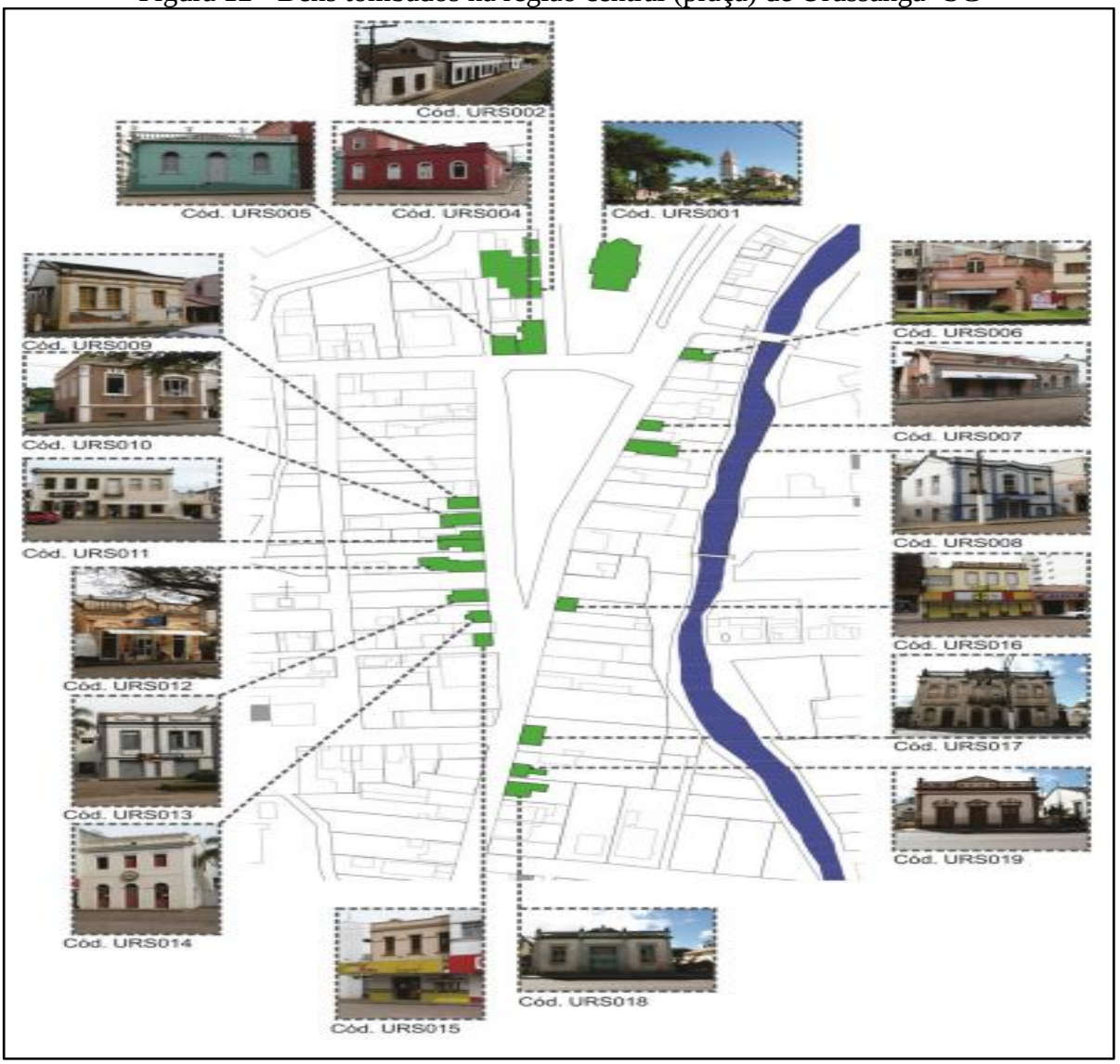
> Seção II – art. 19 - Constituem objetivos específicos da Zona Urbana Central:
>
> I - Preservar e revitalizar o Patrimônio Histórico Arquitetônico, visando explorá-lo como atrativo turístico, bem como qualificar o espaço central da cidade e consolidar os referenciais urbanos;
>
> II - Monitorar e fiscalizar as edificações históricas tombadas quanto ao seu uso e estado de conservação;

Em relação às edificações rurais, Rocha (2018, p. 33) disserta:

> Enquanto que as edificações tombadas na Zona Rural, principalmente no bairro Rio Maior, a atuação prevista no Plano Diretor são mínimas. Essas edificações estão ainda voltadas às atividades da agricultura, ligando as memórias das propriedades rurais a dos imigrantes.

É perceptível que a área urbana ganhe maior destaque proporcionalmente à tutoria dada pelo plano diretor do município. Isso sé dá por conta do conjunto configurar-se como o maior complexo urbano do Estado de Santa Catarina com características italianas do período da colonização. Outro fato que agrega preocupação é o interesse imobiliário na área, resultando em conflitos durante o processo de tombamento, visto que está localizada na região central da cidade, logo, um local com alto valor agregado. Abaixo é possível observar a distribuição espacial dos bens tombados na área central de Urussanga.

Figura 12 - Bens tombados na região central (praça) de Urussanga -SC



Fonte: Pieri (2015).

As edificações tombadas que se encontram em torno da Praça Anita Garibaldi estão em sua maioria em bom estado de conservação, sendo que algumas passam por restaurações particulares ou conveniadas por órgãos governamentais. Segundo Pieri (2015), o estilo arquitetônico dos casarões do centro histórico de Urussanga se caracteriza como eclético, com algumas edificações com características de *Art Décò*, com um ou dois pavimentos, compostos de sótão ou porões habitáveis, ornamentadas com elementos decorativos que remetem as origens ítalo-brasileiras. Edificações oriundas do período colonial, assim como essas tombadas em Urussanga, observaram as diversas transformações que a cidade passou ao longo do tempo, se tornando Patrimônio, ponto de identificação, referência e lugares de memória.

Figura 13 - Centro de Urussanga na década de 1940

Fonte: Vicente de Bona Filho.

Figura 14 - Urussanga em 2023

Fonte: Acervo da autora.

Ao comparar as imagens acima podemos apreciar o que foi mencionado anteriormente, do mesmo ponto referencial em diferentes temporalidades observamos rupturas e permanências, sendo que a mais evidente é a presença dos mesmos casarões, que acompanharam o desenrolar da cidade contemporânea como expectadores silenciosos, que proporcionam a qualquer desavisado um gostinho do que foi o passado, um patrimônio que é de todos, porém que não representa todos.

A Constituição de 1988, por meio do Artigo 216, amplia a noção de Patrimônio e altera sua nomenclatura, que parte de Patrimônio Histórico e Artístico, para Patrimônio Cultural Brasileiro. Essa mudança acrescenta o conceito cultural ao termo, definindo e reconhecendo bens de caráter material e imaterial como Patrimônio do povo. Segundo site do IPHAN (2014):

> Enquanto o Decreto de 1937 estabelece como patrimônio "o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico", o Artigo 216 da Constituição conceitua patrimônio cultural como sendo os bens "de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira".

Segundo a Constituição (1988), cabe ao poder público e à comunidade promover e proteger o Patrimônio Cultural Brasileiro. Mas nem todo patrimônio é tombado, protegido e salvaguardado. Este patrimônio edificado e não protegido por lei corre grande risco de desaparecer. Entendemos que a memória da cidade se dá além da área central, e que proteger o que restou de seu patrimônio é uma forma de cidadania e um direito da população. A cidade pertence a todos os seus cidadãos, o que inclui as áreas periféricas e rurais. Experiências e histórias precisam ser rememoradas, conhecidas e divididas, para que outros lugares e olhares ganhem visibilidade e se tornem ponto de referência à memória social.

4 OLHARES SOBRE UM PATRIMÔNIO (NÃO) HEGEMÔNICO

Treinar o olhar, aprender a ler a cidade, ouvir o que ela tem a dizer, compreender seus processos e movimentos e, acima de tudo, não esquecer seu passado, é uma tarefa cada vez mais desafiadora e sensível. O espaço construído é carregado de intenções e significados, que segundo Uglione e Duarte (2011), materializam a visão dos grupos que o produziram. Essa materialização fortalece grupos sociais e identidades, criando um ideário de memória coletiva, como já apontava Halbwachs (1967), porém, deixa à margem os grupos que por eles não são contemplados. A história é marcada por tensões e disputas de poder, e não diferente disso, o patrimônio histórico também se constitui de querelas entre grupos sociais antagônicos, sendo que os de maior hegemonia tem sua identidade representada. Ou seja, os patrimônios arquitetônicos de uma cidade não são neutros e não representam a sua totalidade.

As primeiras ações que se voltaram à preservação se davam apenas a monumentos isolados, fragmentados, de personagens ou eventos extraordinários. Segundo Choay (1925), o monumento tem por finalidade fazer reviver no presente um passado engolido pelo tempo, sem a mediação da memória ou da história. A Inglaterra e a França foram precursoras nesses atos, visto que a França passava por Reformas urbanas na segunda metade do século XIX, que colocava em risco monumentos importantes. De lá para cá, a noção patrimonial se reformulou e se ampliou, buscando abraçar maior representatividade, porém, na prática, metodologias clássicas ainda dominam. O caso de Urussanga nos apresenta uma característica comum nos movimentos tradicionais de salvaguarda, e por mais amplo que seja o conjunto patrimonial tombado, esses espaços ainda são, em sua maioria, exclusivos às áreas centrais da cidade, caracterizando um grupo dominante, e com algumas exceções localizadas na área rural.

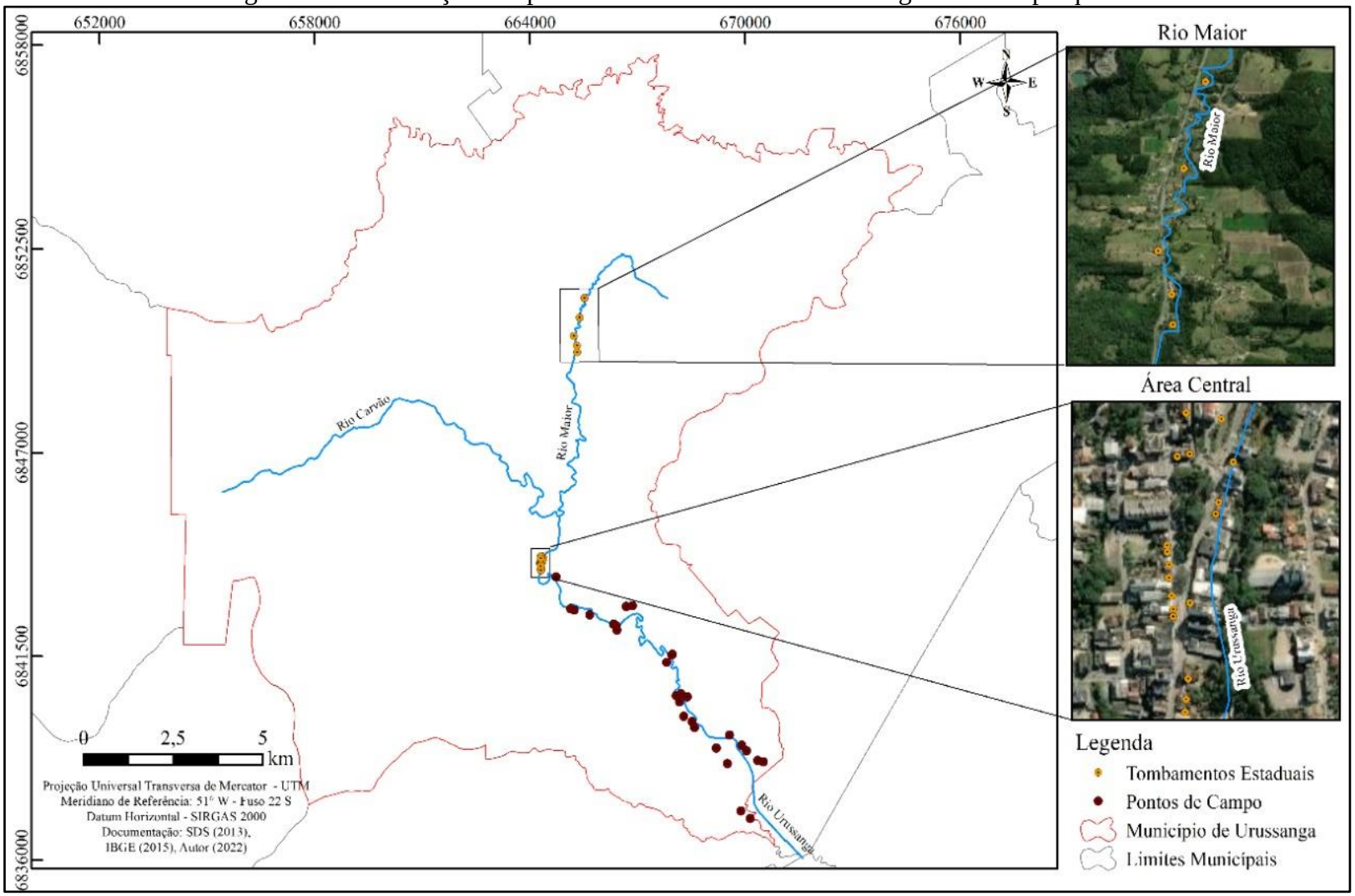
Segundo o IPHAN (2011, p. 274), o critério para seleção das edificações, em geral, contava com um grupo de construções representativas da arquitetura e dos acontecimentos históricos mais importantes da imigração no Estado e, em muitos casos, em todo o Brasil. Os casarões amplos de Urussanga, geralmente com mais de um pavimento e pensados para oferecer dupla função (de alocar residência e comércio), mesclam-se hoje com construções modernistas e contemporâneas, casas e prédios com alguns andares. Por mais grandioso e notório que seja este patrimônio, ele apenas contempla parte da história da cidade, parte essa de alguma maneira privilegiada.

A primeira incursão feita para o estudo às margens do rio Urussanga se deu no ano de 2021, ainda em fase preliminar de reconhecimento de território, bem como a familiarização com o tema que viria a ser pesquisado. Com pouca pretensão, buscava-se identificar algum

patrimônio do período colonial na área rural da cidade, em especial os localizados nas abrangências do rio. Para grata surpresa da pesquisa, levantou-se uma quantidade significativa de casarões nos mais diversos estados de conservação, bem como de composição de matéria-prima. Casas simples, outras com maior complexidade, de temporalidades e décadas de distinção, moradias de madeira, de pedra de tijolos expostos ou revestidos, conservadas, ocupadas ou abandonadas, e a todas elas soma-se as paisagens de beleza abundante, com árvores frutíferas, pastagens e quintais.

As residências observadas nas margens do rio Urussanga seguem finalidades de uso distintas daquelas tombadas no centro da cidade, visto que são propriedades rurais, e talvez a principal característica que as una seja o fato de abrigar seus proprietários. Embora o número de patrimônios residenciais nessa área seja notoriamente considerável, supõe-se que possa ter sido maior, uma vez que há indicações, por meio de narrativas, de que a enchente de 1974 tenha destruído ou levado parte das casas que margeavam os limites do rio. Por mais que as funcionalidades das residências sigam atribuições distintas, ou as construções não tenham a mesma complexidade arquitetônica que possuem as casas do entorno da praça de Urussanga, não são diminuídas a sua importância – ao contrário, ainda assim esses bens são patrimônios coloniais, que contam parte importante da história e que não são beneficiados e salvaguardados por tombamentos, sejam eles municipais, estaduais ou federais.

Figura 15 - Localização dos patrimônios tombados em Urussanga e área de pesquisa.



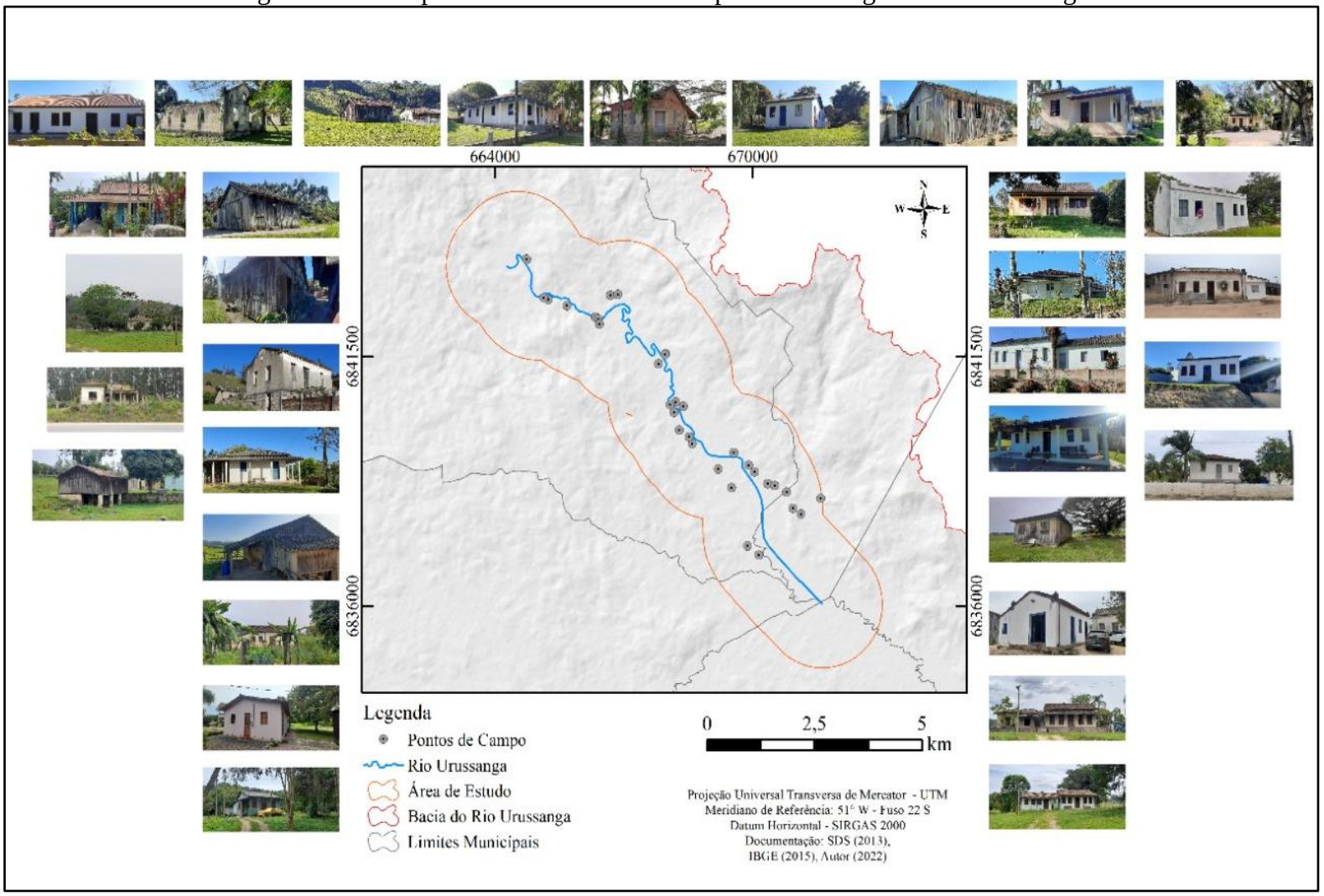
Fonte: Acervo da autora.

No mapa acima é possível perceber a localização dos bens tombados no município de Urussanga, bem como a posição das residências apontadas nas saídas de campo desta pesquisa. Primeiramente, o que observamos é que a localização espacial dos bens tombados se aglomeram na área central e em outros pontos identificados como Rio Maior e Rio América. Já os bens levantados na pesquisa acompanham as margens do Rio Urussanga, ao leste do centro da cidade. Em seguida, notou-se que os patrimônios não tombados se originam de períodos semelhantes aos bens tombados, com a datação apontando para o fim do século XIX e meados do século XX. Essas residências contam com temporalidades semelhantes, porém não possuem nenhum tipo de proteção por conta dos órgãos cabíveis, correndo sério risco de desaparecerem. Analisando os dados coletados é possível perceber o grande potencial cultural e identitário da comunidade visitada, onde a boa vontade e o orgulho dos proprietários ao falarem de seus bens demostra o apreço e o reconhecimento que essas casas já possuem perante à coletividade.

4.1 Cartografando Patrimônios e Memórias

O campo desta pesquisa inicia na confluência do Rio Maior e Rio Carvão, originalmente onde nasce o Rio Urussanga, e percorre o interior do município até a sua divisa com os municípios de Pedras Grandes e Cocal do Sul. Nesse trajeto que adentra o interior da cidade de Urussanga foi possível fazer uma imersão ao passado, identificando ao menos 34 residências com características coloniais ou de períodos modernistas. Patrimônios isolados, outros somados ao novo, acompanham o correr e vivem o ritmo do rio.

Figura 16 - Bens patrimônios residências mapeados ao longo do Rio Urussanga



Fonte: Acervo da autora

No mapa acima é possível observar a localização espacial dos bens residenciais levantados nessa etapa da pesquisa. A localização indica que ocupações coloniais se deram por toda a extensão do rio, em ambos os lados de sua margem. A significativa quantidade de bens contam com características únicas que acompanharam o desenvolvimento da cidade nas técnicas usadas e nas matérias-primas disponíveis. Considerando tudo isso, permanecem no mapa três casas localizadas no território pertencente à cidade de Pedras Grandes, que por se situarem na rota percorrida e por oferecerem caraterísticas desejáveis para pesquisa, foram mantidas suas coordenadas, e suas fotos foram incluídas no mapa acima.

Figura 17 - Residência em tijolos revestidos – Pedras Grandes -SC

Fonte: Acervo da autora.

Figura 18 - Residência em tijolos revestidos – Pedras Grandes -SC

Fonte: Acervo da autora.

Figura 19 - Residência em tijolos revestidos – Pedras Grandes - SC

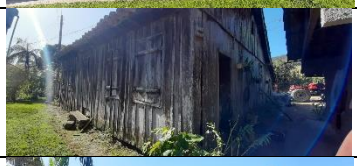
Fonte: Acervo da autora.

Mesmo não estando dentro da delimitação da área do estudo, a inclusão desses patrimônios à pesquisa é uma forma de instigar nosso olhar para a riqueza patrimonial dessa região. Caso o estudo tivesse um corte mais amplo, provavelmente conheceríamos muitos patrimônios com histórias outras de migrações e de povos distintos que escolheram o rio Urussanga para viver.

Como mencionado anteriormente, a pesquisa contou com saída de campo, mapeamento e registro fotográfico, seguido de ficha de pesquisa. As entrevistas seguiram critérios baseados em fichas pré-existentes, e a escolha se deu pela localização das residências e pelo material utilizado em suas construções. Além disso, buscamos entrevistar pessoas acessíveis, que desejassem compartilhar a memória da sua casa com o estudo.

Tabela 1 - Localização e coordenadas dos patrimônios residenciais ao longo do rio Urussanga

Nº	COORDENADAS	CARACTERÍSTICA/ LOCALIZAÇÃO	IMAGEM
G01	22J0664720 UTM 6844607	Nascente do Rio Urussanga	PONTO INICIAL – SEM FOTO
G02	22J0664732 UTM 6843656	Residência em madeira localizada na Avenida Longarone – Urussanga. Estado de conservação: Bom.	

G03	22J0666337 UTM 6842377	Residência em alvenaria, localizada na Rua Durval Perito – Bairro de Villa – Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G04	22J0666353 UTM 6842364	Residência mista em pedras e tijolos expostos, localizada na Rua Durval Perito – Bairro de Villa. Estado de conservação: Bom.	
G05	22J0666417 UTM 6842324	Residência em alvenaria, localizada na Rua Durval Perito – Bairro de Villa. Estado de conservação: Bom.	
G06	220666781 UTM 6842748	Residência em madeira, localizada na Rua Durval Perito – Bairro de Villa. Estado de conservação: Regular.	
G07	22J0666875 UTM 6842836	Residência em madeira, localizada na Rua Durval Perito – Bairro de Villa. Estado de conservação: Regular	
G08	22J0667974 UTM 6841556	Residência em madeira, localizada na Rodovia dos Imigrantes Trevisano. Estado de conservação: Regular.	
G09	22J0667965 UTM 6841547	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia dos Imigrantes Trevisano. Estado de conservação: Bom.	
G10	22J0668209 UTM 6840499	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia dos Imigrantes Trevisano – São Pedro. Estado de conservação: Bom.	
G11	22J0668392 UTM 6840410	Vestígios de residência em alvenaria, localizada na Rodovia dos Imigrantes Trevisano. Estado de conservação: Precário.	
G12	22J0669560 UTM 6839382	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia dos Imigrantes Trevisano. Estado de conservação: Bom.	
G13	22J0669912 UTM 6839105	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia dos Imigrantes Trevisano. Estado de conservação: Bom.	

G14	22J0670048 UTM 6838960	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia dos Imigrantes Trevisano. Estado de conservação: Bom.	
G15	22J0670358 UTM 6838700	Rodovia dos Imigrantes Trevisano.	SEM FOTO (negativa de proprietário)
G16	22J0670519 UTM 6838658	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia dos Imigrantes Trevisano. Estado de conservação: Bom.	
G17	22J0670795 UTM 6838521	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia dos Imigrantes Trevisano. Estado de conservação: Bom.	
G18	22J0670942 UTM 6838161	Residência em madeira (hoje usada como paiol), localizada na Rodovia dos Imigrantes Trevisano. Estado de conservação: Bom.	
G19	22J0671593 UTM 6838376	Residência em alvenaria, localizada em Pedras Grandes. Estado de conservação: Bom	
G20	22J0671134 UTM 6838028	Residência em alvenaria, localizada em Pedras Grandes. Estado de conservação: Bom.	
G21	22J0670148 UTM 6837133	Residência em alvenaria, localizada em Pedras Grandes. Estado de conservação: Bom.	
G22	22J0669887 UTM 6837333	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Estado de conservação: Bom.	
G23	22J0669514 UTM 6838613	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Estado de conservação: Bom.	
G24	22J0669203 UTM 6839027	Residência em madeira, localizada na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Estado de conservação: Regular.	
G25	22J0668597 UTM 6839583	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Estado de conservação: Bom.	

G26	22J0668526 UTM 6839740	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Estado de conservação: Bom.	
G27	22J0668297 UTM 6839885	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Estado de conservação: Regular.	
G28	22J0668177 UTM 6840276	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Estado de conservação: Bom.	
G29	22J0668082 UTM 6840444	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Estado de conservação: Precário.	
G30	22J0667816 UTM 6841345	Residências em alvenaria, localizadas na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Estado de conservação: Bom.	
G31	22J0666436 UTM 6842219	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Estado de conservação: Bom.	
G32	22J065679 UTM 6842625	Residência em madeira, localizada na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Estado de conservação: Bom.	
G33	22J0665245 UTM 6842760	Residência em madeira, localizada na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Estado de conservação: Bom.	
G34	22J0665140 UTM 6842795	Residência em madeira, localizada na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Estado de conservação: Bom.	

Dos trinta e quatro patrimônios residenciais identificados, 21 ficam na margem esquerda do rio Urussanga, em uma região de característica rural que abrange o interior das localidades de Bairro de Villa e São Pedro. As outras 13 residências se encontram na margem direita, que hoje costeia a Rodovia Genésio Mazon, ponto que liga as cidades de Urussanga e Morro da Fumaça.

Os primeiros 21 patrimônios identificados na tabela acima, localizados na margem esquerda do rio, dividem espaço com paisagens rurais, de forma que o tempo parece ter passado de forma mais lenta, sendo alguns destes bens em estado de parcial isolamento. Ainda sobre os bens que margeiam o lado esquerdo do rio, é perceptível que obedecem a temporalidades e arquiteturas diferentes, tendo, na maioria dos casos, a terra como provento, assim como foi no passado. As residências construídas com matérias-primas distintas, muito facilmente encontradas na região, como madeira, pedra e tijolos, permanecem sendo utilizadas como a casa da família, com algumas exceções, principalmente as construções em madeira, que hoje ocupam funções distintas, como de paiol ou depósito (rancho). Ainda nesta margem, foi possível verificar a ação do tempo sobre os bens, em especial o casarão G11. Sua estrutura em tijolos revestidos permanece de pé, porém o telhado, assoalho e aberturas já não existem mais. Essa construção se torna um exemplo típico dos resultados do tempo e do abandono, tanto dos proprietários quanto dos órgãos responsáveis.

Na margem direita o número de bens diminui, e em alguns trechos são mais esparsos. Sobre esse diferencial podemos levantar algumas hipóteses, como a construção da rodovia e da estrada de ferro e a disposição de áreas industriais do município nesta localidade, ou então o desenvolvimento de bairros e loteamentos. Porém, ainda não é possível determinar quais os fatores que tenham afetado de alguma forma a permanência dessas residências e nem o número de casas que haviam em períodos anteriores. Sobre essas construções, nota-se que as residências número G33 e G34 se encontram nos limites da estrada de ferro. Por se encontrarem muito próximas da caixa de carvão e pelo modelo arquitetônico ser mais moderno, é possível estimar que tenham sido construídas na metade do século XX, no momento da alta exploração do carvão na cidade. Algumas residências tiveram sua construção voltada ao rio e à antiga estrada de terra, local que fica na parte posterior da atual rodovia que foi construída posteriormente, como exemplo as casas G30 e G31. A margem direita do rio amplia o risco de permanência e impacto de praticamente todos os bens residenciais, sendo que a maioria se encontra muito próxima à rodovia ou a empresas de médio e grande porte.

Outros tipos de patrimônios foram avistados ao longo das saídas de campo, como igrejas, capelas, escolas e indústrias, o que demostra uma variedade de atividades e o envolvimento da comunidade com seu meio. Delimitar nosso olhar às residências não exclui o potencial que outros bens possam ter para a coletividade, apenas determina uma direção à pesquisa. As casas foram escolhidas para além da funcionalidade que possuem – elas foram escolhidas pelo o que nos fazem sentir.

4.1.1 Casa da Nona Fiorença

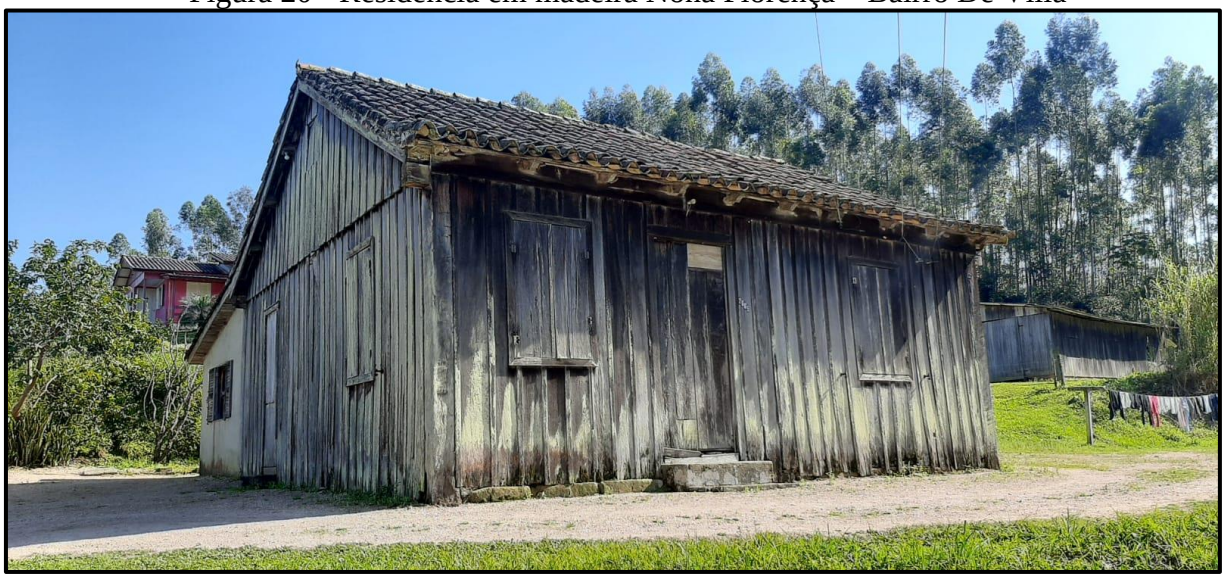
Localidade: Bairro de Villa
Material construtivo: Madeira serrada sem pintura
Idade aproximada: 130 anos

É necessário mostrar que a casa é um dos maiores poderes de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem. (BACHELARD, p. 201),

A casa da Nona Fiorença, ou Casarão da Família Pelegrin Casagrande, fica localizada na Rua Dorval Perito, no interior do Bairro de Villa de Urussanga. A ficha de pesquisa foi respondida por Rita Francisca Casagrande Cardoso, bisneta do primeiro proprietário da residência. Desde a sua construção até os dias de hoje a casa é utilizada exclusivamente para habitação da família, sendo que o bisavô de Rita, ao chegar da Itália, construiu-a com a madeira que encontrou na região. A construção da casa coincide com as primeiras décadas de colonização da cidade, e segundo Rita, a residência possui em média 130 anos.

O patrimônio não corre riscos em relação à avaliação de impacto, e tem em seu entorno paisagens rurais, pastagens e pequenos aglomerados de árvores. A família não possui interesse de se desfazer do bem. A técnica construtiva é em madeira com tábuas serradas sem pintura, escurecidas pelo tempo. Possui sótão, que no passado servia para guardar alimentos, e tem como telhado o material de cerâmica original. A parte construída em madeira também é original, sendo que intervenções em forma de anexo (cozinha) foram construídas de alvenaria posteriormente. O estado em que se encontra a residência é regular, servindo ainda de habitação, porém danos causados pelo tempo e por exposição são presentes por todas estrutura.

Figura 20 - Residência em madeira Nona Fiorença – Bairro De Villa



Fonte: Acervo da autora.

Figura 21 - Sequência de fotos da Residência Nona Fiorença – Bairro de Villa

Fonte: Acervo da autora.

4.1.2 Casa Pedro Maragno

Localidade: São Pedro

Material construtivo: Tijolos revestidos

Idade aproximada: 130 anos

A casa é um corpo de imagens que dão ao homem razões ou ilusões de estabilidade (BACHELARD, p. 208)

A casa Pedro Maragno hoje pertence ao filho, Reginaldo Maragno. A casa de tijolos revestidos está localizada na Rodovia dos Imigrantes Trevisanos, no bairro São Pedro, em Urussanga. A casa está inserida em uma região de interior, com estrada de chão batido e cercada de pastos e poucas arvores. Os vizinhos são poucos, mas o local é carregado de simbolismo e de relatos religiosos e sobrenaturais. Fomos atendidos nas duas visitas que fizemos à residência pela solícita Zulamar Maragno, esposa do atual proprietário. Zulamar relatou que a propriedade foi construída para receber um casal de noivos, porém, antes que o casamento se consolidasse, o noivo veio a falecer por uma picada de cobra, que o vitimou antes de chegar ao hospital. Ainda sobre relatos orais que a entrevistada julgou conveniente contar, foi narrado o fato de haver um mistério na casa: a imagem de uma santa costuma aparecer no corredor que abriga o sótão da casa, local onde era secado café e guardado o vinho da temporada.

Zulamar ainda mencionou um lugar em frente ao rio, onde “escravos eram mortos” e uma suposta bola de fogo costuma aparecer. Possivelmente os indivíduos mortos eram indígenas, mas é inegável a riqueza dos relatos imateriais sobre a cultura e as crenças populares que cercam a região.

O patrimônio possui em média 130 anos, como informado pela entrevistada. Sobre a técnica construtiva, ela se assemelha as das residências encontradas no centro da cidade, com método construtivo de tijolos rebocados, com alguns adornos, paredes espessas e forro alto. A porta centralizada na área principal, assim como as janelas, possui vidraças aparentes, retangulares, de proporções consideráveis. A residência passou por alguns “melhoramentos” ao longo do tempo, como a inclusão de calhas e azulejos. Segundo o Roteiros Nacionais da Imigração SC – IPHAN (2011, p.154):

> Depois de 1930, as casas rebocadas tornaram-se ainda mais comuns em todas as áreas de imigrantes, especialmente nos modelos urbanos. Com o advento do art déco tornaram-se absolutas, até o surgimento do concreto armado e de novas soluções plásticas e estruturais.

Figura 22 -residência Pedro Maragno – Bairro São Pedro

Fonte: Acervo da autora.

Figura 23 - Vista Lateral residência Pedro Maragno

Fonte: Acervo da autora.

Figura 24 - Janela residência Pedro Maragno/Placa de Encontro Família Maragno

Fonte: Acervo da autora.

4.1.3 Conjunto de casas Luíz Possamai

Localidade: São Pedro

Material construtivo: Tijolos revestidos

Idade aproximada: 96 anos

Evocando as lembranças da casa,
acrescentamos valores de sonho; nunca somos verdadeiros
historiadores, somos sempre um pouco poetas e nossa emoção traduz
apenas, quem sabe, a poesia perdida (BACHELARD, p. 201)

O conjunto de casas Luiz Possamai conta com um dueto de residências centenárias, pertencentes hoje a Celso Luiz Possamai. Ambas as residências datam do mesmo período construção, que se deu na década de 20 do século passado, sendo que a casa principal data de 1926. O conjunto de bens patrimoniais se localiza no Bairro São Pedro, na margem direita do Rio Urussanga, onde hoje passa a Rodovia Genésio Mazon. Segundo Celso, a residência principal foi construída de frente para rio, voltada à estrada antiga que passava ali. Hoje, a atual rodovia percorre os fundos da residência, e por essa razão foi necessário inverter a frente da casa. Ambas as casas possuem fundação de pedra e tem como material empregado os tijolos

revestidos lisos em suas paredes. A residência oficial possui ornamentos acima das janelas e portas, contando com aberturas em madeira e porta centralizada, compondo simetria. A cobertura de telhas é de cerâmica, e o piso, antes de terra batida, foi substituído por cimento queimado.

Sobre a construção de duas residências Bertuzzi (1987, p. 125), menciona:

> [...] o espaço generoso do lote rural levou o distanciamento necessário entre a casa e outras atividades cujas características de ordem higiênica ou de segurança tornava preferível a separação. Assim, a cozinha, local em que tudo terminava por estar coberto pelo negro fumo da fuligem passou a ser um componente em separado da casa de dormir, para onde o colono só se dirigia após a janta. O mesmo aconteceu com os chiqueiros e o estábulo que levaram consigo o paiol e o celeiro de grãos para os animais...

Separar o componente de dormir da cozinha ou estábulo tornou-se uma realidade diferente daquela vivida pelo colono na Itália. No continente europeu, o imigrante não dispunha de madeira suficiente a se aquecer, bem como espaço físico para construção de anexos separados da residência oficial. O frio e as poucas condições financeiras faziam com que as famílias dividissem seu espaço com seus animais. No Brasil, essa realidade mudou, e por questões de higiene, de clima e de inibição de odores e segurança, começaram a se construir espaços de ocupação separados, como visto no conjunto de casas de Luiz Possamai. De Luca e Santiago (201, p.58) detalham esses espaços:

> Consta de apenas um ambiente ou com anexo que funcionava como despensa. Servia de estar e local de convívio da família antes e depois das refeições. Na cozinha ficava o fogolaro, espécie de fogão primitivo de forma retangular com terra batida e fogo dentro, onde uma corrente pendendo do teto sustentava a panela e mais tarde foi substituída pelo fogão a lenha, mesa para refeições e caixas de farinhas e lenhas, que normalmente serviam de assento e possuíam encosto

A residência de cor branca foi construída para ser a cozinha da casa, enquanto a outra era composta pelos quartos. Hoje, a casa branca é utilizada como almoxarifado de uma metalúrgica de posse da família, e a residência oficial, em reboco cru, permanece como casa, abrigando a nona Possamai, uma senhora de idade avançada. Em ambos os patrimônios intervenções foram feitas, como a construção de banheiro e cozinha e a instalação de ar-condicionado na casa principal e de calhas em ambas as residências. Seu estado de conservação é muito bom, sendo mantido com zelo pelos familiares, porém, além de contar com indústrias em suas proximidades, há ainda a estrada de ferro e a rodovia, causando preocupação quanto à questão de risco e permanência desse patrimônio.

Figura 25 - Vista Frontal Residência Luíz Possamai

Fonte: Acervo da autora.

Figura 26 - Porta e Janela da Residência Luíz Possamai

Fonte: Acervo da autora.

Figura 27 - Residência 02 – Luíz Possamai – Vista frontal e lateral

Fonte: Acervo da autora.

4.1.4 Casa de Pedra do De Villa

Localidade: Bairro de Villa

Material construtivo: Pedra e tijolos expostos

Idade aproximada: Não encontrada

> *Estranha situação, os espaços amados não querem ficar fechados! Eles se soltam. Diríamos que se transportam, facilmente aliás, para outros tempos, para outros planos diferentes dos sonhos e das lembranças (BACHELARD, p. 232)*

A Casa de Pedra do De Villa teve como primeiro proprietário conhecido Vicenzo De Villa. A sua construção é bastante antiga, não tendo datação certa. As características arquitetônicas apontam para o início da colonização, visto que a residência é construída de pedras aparentes e possui uma adaptação em tijolos expostos. O corte das pedras é feito de maneira manual, o que deixa ranhuras perceptíveis a olho nu.

As casas nesse bairro aparecem nas narrativas históricas como moradias que não foram danificadas com a enchente de 1974, diferentemente de outros estabelecimentos que tiveram como fim a sua destruição pela força d'água, como serralherias e atafonas que margeavam o rio. A Casa de Villa é hoje habitada por terceiros, e teve como seus primeiros proprietários a família De Villa, sendo hoje pertencente a Gilson Casagrande. Essa edificação não está totalmente em estado original, uma vez que sofreu intervenções atuais, como a construção de uma área de serviço. Seu estado de conservação é bom, e suas telhas são originais no estilo capa e canal, assim como o material e técnica construtiva. A casa está situada em zona residencial, o que permite a integridade de sua construção. O proprietário tem interesse na conservação da residência, fazendo, inclusive, a retirada de uma figueira que colocava em risco a sua estrutura. Hoje a casa de pedra serve de depósito, porém, segundo o que acredita o atual proprietário, no passado ela teria sido construída para abrigar uma cozinha, tendo, provavelmente, uma outra construção para abrigar os quartos. Conforme relatado por Gilson Casagrande, a idade da casa é incerta – porém, guarda uma curiosidade: em uma corriqueira manutenção de telhas, o atual proprietário percebeu uma inscrição próxima ao telhado da residência com uma datação bastante antiga (1749), o que sugeriria que ela teria sido construída antes mesmo da fundação da cidade.

Figura 28 - Vista frontal residência De VillaS

Fonte: Acervo da autora.

Figura 29 - Vista Lateral residência De Villa

Fonte: Acervo da autora.

Figura 30 - Detalhe em pedra – Residência De Villa

Fonte: Acervo da autora.

Figura 31 - Detalhe inscrição de data – Residência De Villa

Fonte: Acervo da autora.

Vislumbrar as margens do Rio Urussanga com o olhar aberto ao patrimônio nos faz perceber as marcas e registros do passado, que estão praticamente inalterados pelo tempo, no cotidiano atual, de forma a ocupar o mesmo espaço, dividindo e acolhendo o novo. As diferentes temporalidades nada interferem na grandeza dessas construções, que se encaixam entre o que veio depois, como se ditassem as regras daquele lugar. A imagem se assemelha a de antigas senhoras que guardam consigo a memória da cidade, esperando alguém disposto a ouvi-las, em analogia ao que escreve Bosi (1993), sobre os anciãos que ganham novos sentidos à vida quando encontram alguém disposto a ouvi-los. Ainda, segundo Ostetto (2015), são os indivíduos mais velhos que, por meio de suas lembranças, compartilham com outras gerações suas experiências – e de forma semelhante é com o patrimônio, onde as marcas do tempo nas paredes, as histórias, as cores, o lúdico e o poético esperam olhares sensíveis e diversos para que os encontros com a memória aconteçam.

O mapeamento dos bens patrimoniais em forma de um mapa cultural demonstrou a ampla dimensão da cultura material deixada pelos colonos italianos na cidade e, além disso, converteu-se a ideia de que esses bens se encontram apenas em áreas específicas, como as já protegidas pelos órgãos oficiais. A cartografia torna-se assim uma forte ferramenta para compreender o processo de ocupação dessa região e para fortalecer futuras pesquisas históricas e projetos de proteção e salvaguarda.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os primórdios da civilização a humanidade relacionou-se diretamente com seu meio, modificando o espaço que ocupava em dinâmicas amistosas ou não. A natureza responsável por suprir os seres vivos, em todas as esferas conhecidas, foi usada e explorada por necessidade e por ganância pela espécie humana. Assim, a casa surge dessas relações por conta da necessidade de um abrigo físico, de um local de proteção ao corpo e da continuidade da espécie. Esse local é deveras significativo, tanto que se torna uma demanda tão fundamental quanto a subsistência que o alimento oferece ao corpo. Simbolismo, histórias e memórias são desenroladas no seio familiar, geralmente no interior de uma residência. Sentimento de pertença e de reconhecimento se dão com a casa e o lugar onde se vive, ultrapassando os limites da materialidade. Milhares de pessoas cruzaram oceanos para experimentar essa sensação – para ter um local onde pudessem ter segurança e oportunidade de chamar de seu.

As migrações ocorreram por todo o planeta por razões diversas e em diferentes temporalidades, e no presente continuam e provavelmente continuarão acontecendo com frequência. Dentre esses vários eventos, apontamos para as migrações europeias ao sul do Brasil, em especial à vinda de italianos para região que hoje compreende a cidade de Urussanga - SC. Esse município, localizado no sul do Estado de Santa Catarina, teve sua colonização iniciada ainda no século XIX, majoritariamente por italianos. A vinda desse povo modificou toda a dinâmica e o espaço constituídos nesse território até então. Enquanto alguns povos foram dizimados, outros ocuparam seu lugar; recursos foram transformados em matéria-prima para a construção de casas, escolas e igrejas, e, aos poucos, a ideia de “civilidade” europeia ganhou espaço em terras brasileiras.

Esse “desenvolvimento” só foi possível pois as condições gerais eram favoráveis ao colono, tanto que foram eles que se saíram bem-sucedidos e conseguiram perpetuar e consolidar sua cultura na região. Por mais duras que sejam suas narrativas, eles encontraram nesse local terras férteis e volumosas, cobertas de vida, e água em abundância. E foi a água que nutriu suas plantações e perspectivas de futuro. A mesma água que nutriu e proporcionou continuidade desse povo em “novas terras” foi utilizada de maneira exploratória, com finalidade de apenas resultados momentâneos, sem perspectivas de futuro. Mesmo tendo conhecimento disso, os colonos se fixaram nas margens dos principais rios da cidade, construíram suas casas e fortaleceram seus hábitos, costumes e rituais.

Suas habitações falavam muito sobre quem lhes pertencia. Sabe-se que na fase pioneira o abrigo era coletivo, uma espécie de galpão de madeira. Moradias improvisadas foram

surgindo, e, com o passar do tempo, a casa definitiva era construída, utilizando recursos disponíveis da maneira mais sólida e duradoura que fosse possível. Logo o centro da cidade ficou tomado por grandes casarões, que aos poucos davam um ar de urbanidade europeia ao local, e o ambiente do interior, de maneira mais esparsa, também colaborava com as mudanças demográficas da nova colônia. Hoje, parte dessas construções, que em maioria estão localizadas no centro da cidade, continua vívida e protegida por tombamentos e salvaguarda. A arquitetura desses bens segue similaridade padrão, comum também em outras regiões de colonização italiana. Esses patrimônios representam parte importante da história de Urussanga, porém caracterizam apenas um grupo beneficiado, como se a história da colonização italiana no município se resumisse apenas a esta faceta.

Um dos grandes questionamentos desta pesquisa se dava sobre a colonização das margens do Rio Urussanga, evidenciando os poucos registros sobre o ocorrido e pela negativa de patrimônios protegidos na região. As perguntas se transformaram em saídas de campo, que apresentaram resultado positivo quantos à presença do colono no local. Dezenas de residências de temporalidades e matérias-primas diferentes foram encontradas e, com elas, muitas histórias foram sendo reveladas.

Os patrimônios mapeados foram registrados e fotografados a fim de que um mapa cultural fosse desenvolvido. Por toda a extensão do rio que compreende a cidade de Urussanga foram avistados patrimônios em estados de conservação distintos, mas ainda assim resistentes ao tempo e às adversidades. Após a conclusão do mapa, foi a vez da ficha de pesquisa. Escolhemos e fomos escolhidos por algumas residências e seus proprietários, que gentilmente dividiram parte do que sabiam ou lembravam da construção que está sobre a sua tutela. A memória é uma maneira de reviver o passado de forma singular, intima e silenciosa. Porém, ao compartilhar o que se lembra, permite que outros vivam algo que era somente seu, como se pudesse torná-lo vívido novamente.

Muitas linhas de pesquisa, hipóteses, teorias e generalizações poderiam ser evocadas. Porém, o passado possui nuances, ângulos múltiplos, e esta pesquisa, além de contemplar seus objetivos, instiga e possibilita a continuidade e interdisciplinaridade, visto que, ao identificar esses patrimônios, podemos evidenciar o potencial histórico da região, as possibilidades de futuras práticas de proteção e a salvaguarda desse local.

6 REFERÊNCIAS

ARÉVALO, Marcia Conceição da Massena . Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto. Revista História Hoje (São Paulo) , Internet, v. 3, n.7, 2005

ASSMANN, Aleida; SOETHE, Paulo. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural, f. 227. 2011. 453 p.

Augé, Marc, Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade, São Paulo: Papirus, 2001, p. 102.

BACCI, Denise de La Corte e PATACA, Ermelinda Moutinho. **Educação para a água**. Estudos Avançados, v. 22, n. 63, p. 211-226, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0103-40142008000200014. Acesso em: 11 fev. 2023.

BACHELARD, G. A Água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 202p.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**, 1958. 242 p.

BALDESSAR, Davide. Imigrantes: sua história, costumes e tradições. [S. I.]: Do autor, 1991.

BALDIN, Nelma. Tão fortes quanto a vontade, história da imigração italiana no Brasil: os vênetos em Santa Catarina. Florianópolis: Insular/Ed. Da UFSC, 1999, p. 75.

BAPTISTA, M. B.; CARDOSO, A. S. Rios e cidades: uma longa e sinuosa história... **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 124–153, 2016. DOI: 10.35699/2316-770X.2013.2693. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/2693. Acesso em: 5 fev. 2022.

BERTUZZI, Paulo Iroquez. Elementos da arquitetura da imigração italiana (121-154), in WEIMER, Günter. A arquitetura no Rio Grande do Sul. 2ª ed. [por] Paulo Iroquez Bertuzzi [et. al.] Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. 224p.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. Companhia Das Letras, f. 242, 1993. 484 p.
BRIGHENTI, Clovis Antonio. Povos indígenas em Santa Catarina. In: NOTZOLD, Ana Lucia V. ROSA, Helena A. BRINGMANN, Sandor F. (Orgs.). Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate. Porto Alegre: Pallotti, 2012. p. 43

CAMPOS, Juliano Bitencourt *et al*. **ARQUEOLOGIA ENTRE RIOS:** : DO URUSSANGA AO MAMPITUBA. REGISTROS ARQUEOLÓGICOS PRÉ-HISTÓRICOS NO EXTREMO SUL CATARINENSE. lepaarq. 2013. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/2127. Acesso em: 15 dez. 2022.

CAROLA, Carlos Renato. **Natureza admirada, natureza devastada:** : História e Historiografia da colonização de Santa Catarina. Scielo Brasil. 2010. Disponível

em: https://www.scielo.br/j/vh/a/vqhTDFL7XFkpvsryD9BP7pp/abstract/?lang=pt. Acesso em: 17 dez. 2022.

CHUVA, Márcia Regina Romero. **Os arquitetos da memória:** A construção do patrimônio histórico e artístico nacional (anos 30 e 40). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da memória:** sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2011.

CITADIN, Paulo Roberto. **BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO URUSSANGA, SUL DE SANTA CATARINA:** : REALIDADE SOCIOAMBIENTAL E EVOLUÇÃO HISTÓRICA NA FORMAÇÃO DO ARCABOUÇO JURÍDICO HIDRÍCO BRASILEIRO. 2014 Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE. Disponível em: http://repositorio.unesc.net/handle/1/3796. Acesso em: 7 fev. 2022.

COSTA, Marcia Marques. Tanti anni dopo. Urussanga, SC: Ed. Do Autor, 2012.

DALL'ALBA, João Leonir. Imigrantes italianos em Santa Catarina. In: DE BONI, Luis Alberto (Org). A presença italiana no Brasil. Porto Alegre: EST, 1987

DE LUCA, V. G. de; SANTIAGO, A. G. A paisagem cultural em sítios históricos rurais de imigração italiana. **Labor e Engenho**, Campinas, SP, v. 5, n. 1, p. 43–61, 2011. DOI: 10.20396/lobore.v5i1.105. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/105. Acesso em: 20 Fev. 2022

ENGEPLUS. Memória é resgatada por meio de fotografias na Bacia do Rio Urussanga. Redação Engeplus, 2020. Disponível em: https://www.engeplus.com.br/noticia/ambiente/2020/memoria-e-resgatada-por-meio-de-fotografias-na-bacia-do-rio-urussanga. Acesso em 02 de dezembro de 2022.

FELIPPE, Maíra Longhinotti. Casa: uma poética da terceira pele. Psicologia & Sociedade; Ufsc, Florianópolis, p. 299-308, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/DLXJYPmHNY7tNwnNMH7pcgj/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20 Fev. 2022

GIOVANAZ, M. M. . Pedras e Emoções: os percursos do patrimônio. Em Questão (UFRGS) , v. 13 n.2, p. 235-242, 2007. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/2982. Acesso em: 10 jan. 2022

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1968.

HARTOG, Françoise. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar. In: HEIDEGGER, Matin. Ensaios e conferências. Petrópolis: Vozes, 2001

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **O patrimônio cultural da imigração em Santa Catarina /** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ; organização, Maria Regina Weissheimer ; texto, Dalmo Vieira Filho. – Brasília, DF : Iphan, 2011.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Veneza**, 1964.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014. DISPONÍVEL EM: HTTP://PORTAL.IPHAN.GOV.BR/PERGUNTASFREQUENTES?CATEGORIA=9, ACESSO EM 10 DE FEVEREIRO DE 2023.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018.

IPHAN, Roteiros Nacionais da Imigração: Santa Catarina – Volume 02 – O Patrimônio do Imigrante, 2011. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivImi_RoteirosNacionaisImigracao_SantaCatarina_v2_m.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2022.

IPHAN, Roteiros Nacionais da Imigração: Santa Catarina – Volume 02 – O Patrimônio do Imigrante, 2011. Disponível em:http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivImi_RoteirosNacionaisImigracao_SantaCatarina_v1_m.pdf. Acesso em 08 de janeiro de 2023

KAYSER, E. V. ; WAISMANN, M. . Relações entre água, rios, cidade e orla urbana - indicadores bibliométricos na base de dados da Capes. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL E III SEMINÁRIO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2021, Taquara, RS. Anais do I Congresso Internacional e III Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional. Taquara, RS: FACCAT, 2021.

MAESTRELLI, Sérgio. As águas do Rio Urussanga através da história, Comitê da Bacia do Rio Urusanga, Urussanga, SC, 2020. Dsiponível em: https://cbrurussanga.wixsite.com/comite/expo. Acesso em 20 de novembro de 2022.

MAESTRELLI, SÉRGIO. AS ÁGUAS DO RIO URUSSANGA ATRAVÉS DA HISTÓRIA - Parte I, Jornal Panorama, Urussanga, 2020. Disponível em: https://www.panoramauru.com/post/s%C3%A9rgio-maestrelli. Acesso em 03 de janeiro de 2023

MARQUES, Agenor Neves. Imigração Italiana: Edição Comemorativa do Centenário de Urussanga 1878-1978. Criciúma: Gráfica Ribeiro, 1978. 272 p.

MARZANO, Luigi. Colonos e missionários italianos na floresta do Brasil. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1985

MELO, Vera Mayrinck. Dinâmica das paisagens de rios urbanos. ANPUR, Salvador, Bahia, 2005

MICHAELIS, Dicionário. Editora Melhoramentos, 2015.

MILIOLI, Geraldo. O PENSAMENTO ECOSSISTÊMICO PARA UMA VISÃO DE SOCIEDADE E NATUREZA E PARA O GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RECURSOS. Revista de Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFPR, n. 15, p. 75-87, jan./jun. 2007.

MOREIRA, Erika Vanessa ; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros . O LUGAR COMO UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL. **Revista Formação**, v. 2, 2007. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/6_moreira_e_hespanhol.pdf. Acesso em: 10 dez. 2021.

MUNICÍPIO DE URUSSANGA, Plano Diretor. Urussanga, SC, 2020. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-urussanga-sc: acesso em 02 de janeiro de 2023.

NASCIMENTO, Maria Evany do. DO DISCURSO À CIDADE: POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO E A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NO CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS. Rio de Janeiro, 2014 Tese - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=24969@1. Acesso em: 6 jan. 2022.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993.

OLIVEIRA, Avelino; SEIXAS, Paulo Castro; FARIA, Luís Pinto. A casa e as suas casas. Temáticas, Campinas, n. 21 (42): 141- 163, ago./dez., 2013.

OSTETTO, L. C. . Patrimônios Revelados no Encontro com Sujeitos e Saberes: Uma Experiência na Formação de Professores(as) com o Ensino de História nas Séries Iniciais. Revista de Iniciação Científica (Criciúma) , v. 9, p. 88-97, 2011.

OSTETTO, L. C. . O patrimônio como fonte do ensino de História. In: Seminário intredisciplinar dos cursos de Licenciatura, 2000, Criciúma. Anais. Criciúma: UNESC, 2000. p. 109-109.

PEREIRA, Danilo Celso. **Cidade patrimônio:** : uma geografia das políticas públicas de preservação no Brasil. São Paulo, 2015 Dissertação (Filosofia, letras e Ciências humanas) - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-22122015-101754/pt-br.php. Acesso em: 5 jan. 2022

PIERI, A. Um olhar sobre o conceito de paisagem cultural: o caso de Urussanga/SC. 2015. 210 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: http://tede.ufsc.br/teses/PGAU0100-D.pdf. Acesso em: 23 out. 2019

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche . **PERCURSOS HISTÓRICOS E PAISAGENS CULTURAIS**: O LEGADO DOS IMIGRANTES EM SANTA CATARINA. Caminhos de Geografia. Florianópolis, 2018. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/39704. Acesso em: 5 fev. 2022.

POULOT, Dominique. A razão patrimonial na Europa do século XVIII ao XXI. **Revista do Patrimônio histórico e artístico nacional**, v. 34, 2012.
PREFEITURA DE URUSSANGA. Hidrografia do Município de Urussanga, Urussanga, SC. Disponível em: https://www.urussanga.sc.gov.br/hidrografia/. Acesso em 20 de outubro de 2022.

RAMALHO, Joaquim da Silva. Relatório com que ao Exm. Sr. Dr. Joaquim da Silva Ramalho, 1º vice-presidente passou a administração da provincia de Santa Catharina ao Exm Sr. Dr. Jose Bento de Araujo, em 14 de fevereiro de 1878.

RELPH, E. C. 1979. As Bases Fenomenológicas da Geografia. Geografia, 4 (7): 1-25
ROCHA, L. A. ; CARDOSO, M. G. . Patrimônio histórico e migrações contemporâneas: reflexões sobre o município de Urussanga/SC.. Revista Memória em Rede , v. 13, p. 8-30, 2021.

ROCHA, L. A. ; CARDOSO, M. G. . Migrações contemporâneas e as tensões em torno do patrimônio edificado da cidade de Urussanga-SC. In: Caroline von Mühlen; Rodrigo Luis dos Santos. (Org.). Etnicidade, identidades e processos migratórios: pensando a produção historiográfica recente. 1ed.Porto Alegre: Editora Fi, 2018, v. , p. 1-369.

SANTA CATARINA, Comitê da Bacia do rio Urussanga. Plano de Recursos Hídricos da Bacia do rio Urussanga, Santa Catarina, 2019.

SANTOS, Mílton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica, f. 118. 1979. 236 p.

SANTOS, Milton *et al*. **Território, territórios:** : Ensaios sobre o ordenamento territorial. Lamparina, 2011.

SELAU, Maurício da Silva. A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no sul catarinense (1875-1925): resistência e extermínio. Florianópolis, 2006.

SIRHESC, Sistema de Informação Sobre Recursos Hídricos do Estado de Santa Catarina. Comitê de Gerenciamento da Bacia do Rio Urussanga, SC. Disponível em: https://www.aguas.sc.gov.br/a-bacia-rio-urussanga/bacia-hidrografica-rio-urussanga. Acesso em: 30 de outubro de 2022.

TONETTO, Gilberto. **RIO CARVÃO E RIO MAIOR:** : PAISAGENS, RIOS E COMUNIDADES. Criciúma, 2021 Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE, 2021.

Tuan, Yi-Fu, Espaço e lugar: A perspectiva da experiência, São Paulo: Difel, 1983, p.151.

UGLIONE, P.; DUARTE, C. R. Arquivos Urbanos Memória e Identidade na Cidade, Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro/FAPERJ/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011

VIRTUOSO, J. C.; MENEZES, C. T. B.; ASSUNÇÃO, V. K. As dinâmicas de poder na apropriação dos recursos hídricos: estudo de caso da bacia hidrográfica do rio Urussanga, SC. Gaia Scientia, v. 14, n. 4, 2020.

VOLPATO, Laíse Niehues . **TECNOLOGIAS DIGITAIS NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL:**: A MODELAGEM 3D APLICADA NO PATRIMÔNIO EDIFICADO DO IMIGRANTE ITALIANO. Criciúma, 2020 Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE.

7 ANEXOS

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais- PPGCA UNESC

FICHA DE PESQUISA E MAPEAMENTO DE PATRIMÔNIO RESIDENCIAL AS MARGENS DO RIO - URUSSANGA-SC		
Mestranda: **Orientador:** **Coorientadora:**	Gislaine Beretta Juliano Bitencourt Campos Lucy Cristina Ostetto	DATA: 11/01/2022

IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA RESIDÊNCIA/ IMÓVEL

LOCALIDADE/ ENDEREÇO	Rua Dorval Perito – 2665 – Bairro De Villa - Urussanga –SC	
ENTREVISTADO(A)	Rita Francisca Casagrande Cardoso	
PROPRIETÁRIO (A) ORIGEM/NACIONALIDADE	Nona Fiorença – Família Pelegrin Casagrande - Italiana	
USO ORIGINAL	Residencial	
USO ATUAL	Residencial	
EDIFÍCIO ISOLADO: N	**CONJUNTO ARQUITETÔNICO**: N	**LOGRADOURO PÚBLICO**: N
PATRIM. TOMBADO: N	**NÚMERO DE PAVIMENTOS**: 01	**PORÃO**: N **SÓTÃO**: SIM
ESTRUTURA	**MADEIRA:** S **ALVENARIA:** N	**OUTROS:** _____

BREVE DESCRIÇÃO

DATA APROX. DA CONSTRUÇÃO	1890	**ESTADO DE CONSERVAÇÃO**	( ) BOM (X) REGULAR ( ) PRECÁRIO ( ) EM RUINAS
CARACTERIZAÇÃO, TÉCNICA CONSTRUTIVA, MATERIAIS EMPREGADOS (PAREDES, COBERTURA, PISO, ENTRE OUTROS)			
Casa em madeira serrada, escurecida pelo tempo. Telhado original – telhas em cerâmica Possui sótão Fundação em pedra			

INTERVENÇÕES, INSERÇÃO DE ANEXOS, SUBSTITUIÇÃO DE MATERIAIS, ENTRE OUTROS.
Cozinha em alvenaria, construída nos fundos da residência
ENTORNO/ PAISAGEM
Entorno rural, pastagens, açude e pequenas aglomerações de árvores.
AVALIAÇÃO DE IMPACTO – avaliação de impacto, atividades e empreendimentos potencialmente causadores de impactos em bens culturais.
Localidade preservada – risco baixo

BREVE HISTÓRICO

TIPOLOGIA (edificação típica de qual imigração?): italiana
DADOS HISTÓRICOS, RELATOS ORAIS, PATRIMÔNIO IMATERIAL, ETC: Casa construída pelo avô da família. Assim que chegou da Itália, a família se dividiu em terrenos e construiu suas casas.
INTERESSE/ RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE: residência protegida pela família, ponto de referência a turistas e comunidade;

OUTROS/DOCUMENTAÇÃO PRODUZIDA EM CAMPO

NÚMERO DE FOTOGRAFIAS PRODUZIDAS	10
QUANTIDADE DE DIAS DE VISITA DE CAMPO	02

IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA RESIDÊNCIA/ IMÓVEL

LOCALIDADE/ ENDEREÇO	Rodovia dos Imigrantes Trevisanos – São Pedro – Urussanga - SC	
ENTREVISTADO(A) E PROPRIETÁRIO(A)	Zulamar Maragno (entrevistada/proprietária) Reginaldo Maragno (proprietário)	
PROPRIETÁRIO(A)/ CONSTRUTOR ORIGEM/NACIONALIDADE	Pedro Maragno (proprietário mais antigo), Origem Italiana	
USO ORIGINAL	Residencial	
USO ATUAL	Residencial	
EDIFÍCIO ISOLADO: S	**CONJUNTO ARQUITETÔNICO**: N	**LOGRADOURO PÚBLICO**: N
PATRIM. TOMBADO: N	**NÚMERO DE PAVIMENTOS**: 02	**PORÃO**: N **SÓTÃO**: SIM
ESTRUTURA	**MADEIRA:** N **ALVENARIA:** S	**OUTROS:** Segundo pavimento anexado anos após a construção do primeiro.

BREVE DESCRIÇÃO

DATA APROX. DA CONSTRUÇÃO	+ ou – 130 anos	**ESTADO DE CONSERVAÇÃO**	(x) BOM ( ) REGULAR ( ) PRECÁRIO ( ) EM RUINAS
CARACTERIZAÇÃO, TÉCNICA CONSTRUTIVA, MATERIAIS EMPREGADOS (PAREDES, COBERTURA, PISO, ENTRE OUTROS)			
Casa em alvenaria de tijolos rebocados, construída em duas fases. (cozinha e quartos) Telhado original – telhas em cerâmica Possúi sótão Fundação em pedra			
INTERVENÇÕES, INSERÇÃO DE ANEXOS, SUBSTITUIÇÃO DE MATERIAIS, ENTRE OUTROS.			
Área externa e banheiro, calhas e chão de azulejo.			
ENTORNO/ PAISAGEM			
Entorno rural, pastagens, plantações e pequenas aglomerações de árvores.			
AVALIAÇÃO DE IMPACTO – avaliação de impacto, atividades e empreendimentos potencialmente causadores de impactos em bens culturais.			
Localidade preservada – risco baixo			

BREVE HISTÓRICO

TIPOLOGIA (edificação típica de qual imigração?): italiana
DADOS HISTÓRICOS, RELATOS ORAIS, PATRIMÔNIO IMATERIAL, ETC: O primeiro proprietário (italiano), faleceu antes de ir morar na residência, que fora construída para receber sua noiva. Relatos orais sobre mistérios na região, que remetem a Aparições de Santos, bolas de fogo, gritos e matadouro de escravos.
INTERESSE/ RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE: residência protegida pela família, ponto de referência a turistas e comunidade;

OUTROS/DOCUMENTAÇÃO PRODUZIDA EM CAMPO

NÚMERO DE FOTOGRAFIAS PRODUZIDAS	6
QUANTIDADE DE DIAS DE VISITA DE CAMPO	02

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais- PPGCA UNESC

FICHA DE PESQUISA E MAPEAMENTO DE PATRIMÔNIO RESIDENCIAL AS MARGENS DO RIO - URUSSANGA-SC		
Mestranda: **Orientador:** **Coorientadora:**	Gislaine Beretta Juliano Bitencourt Campos Lucy Cristina Ostetto	DATA: 11/01/2022

IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA RESIDÊNCIA/ IMÓVEL

LOCALIDADE/ ENDEREÇO	Rodovia Genésio Mazon – São Pedro – Urussanga - SC
ENTREVISTADO(A) E PROPRIETÁRIO(A)	Celso Luís Possamai
PROPRIETÁRIO(A)/ CONSTRUTOR ORIGEM/NACIONALIDADE	Luís Possamai (proprietário mais antigo), Origem Italiana
USO ORIGINAL	Residencial
USO ATUAL	Residencial /almoxarifado

EDIFÍCIO ISOLADO: N	**CONJUNTO ARQUITETÔNICO**: S	**LOGRADOURO PÚBLICO**: N
PATRIM. TOMBADO: N	**NÚMERO DE PAVIMENTOS**: 02	**PORÃO**: N **SÓTÃO**: SIM
ESTRUTURA	**MADEIRA:** N **ALVENARIA:** S	**OUTROS:** Segundo pavimento anexado anos após a construção do primeiro.

BREVE DESCRIÇÃO

DATA APROX. DA CONSTRUÇÃO	1926	**ESTADO DE CONSERVAÇÃO**	(x) BOM ( ) REGULAR ( ) PRECÁRIO ( ) EM RUINAS

CARACTERIZAÇÃO, TÉCNICA CONSTRUTIVA, MATERIAIS EMPREGADOS (PAREDES, COBERTURA, PISO, ENTRE OUTROS)
Casa Branca: em alvenaria de tijolos rebocados, chão em cimento queimado, telhado em cerâmica, fundação em pedra. Casa com pintura mais antiga: em alvenaria de tijolos rebocados, chão de piso cerâmico, telhado em cerâmica, fundação em pedra, com sótão.
INTERVENÇÕES, INSERÇÃO DE ANEXOS, SUBSTITUIÇÃO DE MATERIAIS, ENTRE OUTROS.
Cozinhas, banheiro, ar condicionado, calhas.
ENTORNO/ PAISAGEM
Indústrias, rodovia e ferrovia.
AVALIAÇÃO DE IMPACTO – avaliação de impacto, atividades e empreendimentos potencialmente causadores de impactos em bens culturais.
Preservado pelo família, porém o risco é intermediário.

BREVE HISTÓRICO

TIPOLOGIA (edificação típica de qual imigração?): italiana
DADOS HISTÓRICOS, RELATOS ORAIS, PATRIMÔNIO IMATERIAL, ETC: Duas residências, construídas para finalidades diferentes (quartos e cozinha). A casa principal fora construída voltada ao rio onde passava uma antiga estrada de terra, hoje o rio fica nos fundos da residência, que posteriormente voltou-se para sua frente para rodovia. Residências construídas por Luís Possamai, encontra-se até hoje com seus familiares.
INTERESSE/ RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE: residência protegida pela família, ponto de referência a turistas e comunidade;

OUTROS/DOCUMENTAÇÃO PRODUZIDA EM CAMPO

NÚMERO DE FOTOGRAFIAS PRODUZIDAS	8
QUANTIDADE DE DIAS DE VISITA DE CAMPO	02

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais- PPGCA UNESC

FICHA DE PESQUISA E MAPEAMENTO DE PATRIMÔNIO RESIDENCIAL AS MARGENS DO RIO - URUSSANGA-SC		
Mestranda: **Orientador:** **Coorientadora:**	Gislaine Beretta Juliano Bitencourt Campos Lucy Cristina Ostetto	DATA: 11/01/2022 15/01/2022

IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA RESIDÊNCIA/ IMÓVEL

LOCALIDADE/ ENDEREÇO	Rua Dorval Perito – Bairro de Villa - Urussanga - SC	
ENTREVISTADO(A) E PROPRIETÁRIO(A)	Gilson Casagrande	
PROPRIETÁRIO(A)/ CONSTRUTOR ORIGEM/NACIONALIDADE	Vicenzo de Villa (proprietário mais antigo), Origem Italiana	
USO ORIGINAL	Residencial	
USO ATUAL	Residencial /depósito	
EDIFÍCIO ISOLADO: N	**CONJUNTO ARQUITETÔNICO**: N	**LOGRADOURO PÚBLICO**: N
PATRIM. TOMBADO: N	**NÚMERO DE PAVIMENTOS**: 01	**PORÃO**: N **SÓTÃO**: N
ESTRUTURA	**MADEIRA:** N **ALVENARIA:** S **PEDRA**: S	**OUTROS:** Residência Mista em Pedra e tijolos.

BREVE DESCRIÇÃO

DATA APROX. DA CONSTRUÇÃO	Inconclusiva	**ESTADO DE CONSERVAÇÃO**	(x) BOM ( ) REGULAR ( ) PRECÁRIO ( ) EM RUINAS

CARACTERIZAÇÃO, TÉCNICA CONSTRUTIVA, MATERIAIS EMPREGADOS (PAREDES, COBERTURA, PISO, ENTRE OUTROS)
Casa em pedra e tijolos expostos. Telhas em cerâmica, aberturas em madeira sem vidro.
INTERVENÇÕES, INSERÇÃO DE ANEXOS, SUBSTITUIÇÃO DE MATERIAIS, ENTRE OUTROS.
Área externa, churrasqueira e pia.
ENTORNO/ PAISAGEM
Bairro residencial
AVALIAÇÃO DE IMPACTO – avaliação de impacto, atividades e empreendimentos potencialmente causadores de impactos em bens culturais.
Preservado pelo família, porém o risco baixo.

BREVE HISTÓRICO

TIPOLOGIA (edificação típica de qual imigração?): italiana
DADOS HISTÓRICOS, RELATOS ORAIS, PATRIMÔNIO IMATERIAL, ETC: Residência com características arquitetônicas do início da colonização, em pedras e posteriormente acabada em tijolos. Telhas originais, inscrição de data na comunheira (1749).
INTERESSE/ RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE: residência protegida pela família, ponto de referência a turistas e comunidade;

OUTROS/DOCUMENTAÇÃO PRODUZIDA EM CAMPO

NÚMERO DE FOTOGRAFIAS PRODUZIDAS	8
QUANTIDADE DE DIAS DE VISITA DE CAMPO	03